

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

2018

**MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (MAA) PARA AVALIAÇÃO COM A
FINALIDADE DE PROMOÇÃO A PROFESSOR TITULAR**



Elson Manoel Pereira

Cântico negro

José Régio

"Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
A minha glória é esta:
Criar desumanidades!
Não acompanhar ninguém.
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe
Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...
Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tetos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...
Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui!"
A minha vida é um vendaval que se soltou,
É uma onda que se alevantou,
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!

à Stella
às minhas filhas Nicole e Ana Clara
aos meus pais (in memoriam)
à Ana Clara Torres Ribeiro (in memoriam)

Sumário

PREÂMBULO.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A GRADUAÇÃO E O MESTRADO.....	8
2.1. A Experiência da Engenharia.....	8
2.2. O mestrado em Administração.....	10
3. OS VINTE E CINCO ANOS DE UFSC.....	14
3.1. O estágio probatório e a preparação para o doutorado.....	14
3.2. Os anos de doutorado em Grenoble.....	16
3.3. O retorno à UFSC: um período de transição.....	24
3.4. A transferência para o departamento de Geociências e a solidificação do campo de atuação.....	29
3.4.1. Os primeiros dois anos.....	29
3.4.2. O Pós-doutorado no Instituto de Geografia Alpina de Grenoble e o acordo de cooperação com o Instituto de Urbanismo de Grenoble.....	34
3.4.3. O Ensino e as orientações.....	39
3.4.4. A Pesquisa.....	46
3.4.5. A Extensão.....	62
3.4.6. A administração universitária.....	68
3.4.7. A Cooperação com a UQAM.....	71
3.4.8. A Cátedra CAPES/COIMBRA.....	74
4. UMA PALAVRA FINAL.....	80

PREÂMBULO

Este Memorial de Atividades Acadêmicas (MAA) abrange atividades desenvolvidas nos últimos vinte e cinco anos de vida universitária na UFSC desde meu ingresso, em 1993, e segue a Resolução Normativa nº 40/CUN/2014, de 27 de maio de 2014, que disciplina a ascensão à classe E (Titular) dos integrantes do Magistério Superior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele segue o art. 4º da referida resolução que define o MMA como um “documento de caráter descritivo, analítico, quantitativo e qualitativo, que destaque fatos marcantes e méritos acadêmicos da trajetória do docente” que deve contemplar “obrigatoriamente, as atividades relacionadas ao ensino e à orientação na graduação e pós-graduação e as atividades de pesquisa e/ou extensão e/ou administração”, e “alternativamente, as demais atividades que constam do art. 5º da Portaria nº 982/MEC/2013”. A documentação comprobatória composta de documentos digitalizados segue anexa e foi organizada segundo a sequência de itens que constam do art. 5º da Portaria no. 982/MEC/2013.

1. INTRODUÇÃO

Fazer um memorial de 25 anos de trajetória acadêmica para fins de ascensão à classe Titular do Magistério Superior Federal é um desafio que envolve um grande trabalho de pesquisa nos diversos documentos que colecionamos ao longo de nossa carreira, inclui buscas, em nossa memória, de fatos e pessoas que fizeram parte de nossa história e impõe, sobretudo, escolhas sobre aquilo que valorizamos e aquilo que consideramos menos importante.

Para que aqueles que nos avaliam possam compreender nossa trajetória, somos levados a descrever também fatos que antecederam nossa vida como docente universitário.

Começo este memorial revelando os motivos da escolha em cursar a graduação em Engenharia Civil e narrando brevemente os sete anos de vida profissional ligados à construção civil, quando administrei a construção de mais de cinquenta mil metros quadrados de obras em Florianópolis. Descrevo depois os caminhos que me levaram a cursar um mestrado em Administração na UFSC, tendo o espaço urbano como objeto de pesquisa, tema não convencional naquele programa, mesmo com pouca clareza, naquele momento, do que significava esse conceito.

Os três anos de mestrado foram fundamentais para a alteração da rota de minha vida profissional. Fiz descobertas teóricas, graças a leituras sobre o Estado e seu papel na condução da urbanização capitalista e sobre a geografia urbana, que se apresentavam para mim, um Engenheiro Civil, como uma árdua (para compreender) e feliz (pelas explicações) descoberta. A banca de defesa da dissertação¹, em fevereiro de 1992, foi composta pelos professores Antônio Nicolló Grillo (meu orientador), Erni Seibel e Ivo Sostizzo. Este último, então professor do departamento de Geociências e da Pós-Graduação em Geografia, afirmou que minha dissertação era um trabalho de pesquisa em Geografia, defendida na Administração. No mesmo ano, ingressava na carreira do magistério superior da UFSC. Essa parte do memorial dedicado à graduação e

¹¹ PEREIRA, Elson. *Gestão do Espaço Urbano: um estudo de caso das áreas central e continental de Florianópolis*. Programa de Pós-graduação em Administração/UFSC: dissertação de mestrado, 1992.

ao mestrado não é a pré-história; ela é a própria história começando a se explicar.

A seguir, o memorial passa a descrever os vinte e cinco anos de vida na UFSC. Primeiro, de maneira linear, da aprovação no concurso para lecionar a disciplina de “Desenho Arquitetônico, Perspectiva e Sombras” para o curso de Arquitetura e Urbanismo, no Departamento de Expressão Gráfica, até a transferência para o Departamento de Geociências, que considero um (longo) período de transição do exercício da engenharia para a carreira de pesquisador e professor de planejamento urbano. Ainda de maneira linear, apresento os dois primeiros anos no novo departamento e o ano do pós-doutoramento como um período de afirmação profissional.

A partir desse momento, o memorial assume um caráter mais autoavaliativo de minha trajetória, destacando minha atuação no ensino, na orientação, na pesquisa, na extensão e na administração universitária. Este misto de trajetória e avaliação acaba por resultar em algumas repetições que, sem ser o objetivo inicial, resultaram no destaque de elementos que se apresentaram com maior importância em minha vida acadêmica.

Com certeza minha história acadêmica não foi linear e apesar das dificuldades de não ter uma formação sobre a geografia urbana feita de maneira sistemática, acredito que a multidisciplinaridade que caracteriza minha trajetória ajuda a explicar e compreender minhas escolhas e abandonos.

2. A GRADUAÇÃO E O MESTRADO

Meu percurso como professor da UFSC começou em abril de 1993, mas não posso falar desse percurso sem apresentar os caminhos que me levaram a ele.

2.1. A Experiência da Engenharia.

No momento de prestar vestibular e escolher o curso que faria na universidade, lá pelos 16 anos, eu não tinha muita clareza da carreira profissional a seguir. Nosso meio familiar certamente influencia nossas escolhas, dois de meus irmãos tinham seguido, no ensino médio, o curso Técnico em Edificações, na então, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, em minha casa havia uma grande prancheta e uma régua “T” onde eram desenhados projetos diversos, meu pai trabalhava em uma construtora em um período de grande dinâmica da indústria da construção civil em Florianópolis. Assim, entre pranchetas, projetos e edifícios em construção pensei em cursar Arquitetura e Urbanismo. Até a data da inscrição no vestibular era este o curso escolhido. No ato da inscrição no vestibular, no entanto, a Arquitetura ficou como segunda opção e assinalei Engenharia Civil como o curso a seguir. Não distinguia, naquele momento, as grandes diferenças que existiam entre essas duas profissões. Aprovado no vestibular da UFSC, em 1981, iniciei um período de cinco anos imerso nas ciências exatas e na tecnologia da construção.

Poucas coisas da Engenharia Civil conseguiram deixar marcas em minha formação; mas devo destacar dois momentos importantes que indicavam meu futuro: a monitoria na disciplina de Topografia e a bolsa de Iniciação Científica desenvolvida no Laboratório de Mecânica dos Solos, coordenado pelo professor Ronaldo Ferreira. A monitoria deu-me a oportunidade de me aproximar da “docência”, da possibilidade de “dar explicações” aos alunos que cursavam a disciplina. A bolsa de iniciação Científica possibilitou-me a primeira experiência de pesquisa acadêmica, mesmo que em uma área “dura”. Foram meses dedicados ao estudo de metrologia dimensional para aferir os equipamentos do Laboratório de Mecânica dos Solos; foi também meu primeiro registro no CNPq. Mesmo sem

me identificar muito com o curso, formei-me em cinco anos, sem nenhuma reprovação e com Índice de Aproveitamento Acumulado (IAA) acima de 8.7, em uma escala de 0 a 10.

Porém, entre 18 e 22 anos, a engenharia não era exclusiva em minha vida; nesse período, a pastoral da juventude fazia-se presente e, apesar de ainda estarmos em plena ditadura, tínhamos contato com leituras críticas como “As Veias Abertas da América Latina”² de Eduardo Galeano e as conclusões dos bispos da América Latina no encontro de Puebla³, fortemente influenciadas pela Teologia de Libertação de Leonardo Boff. Também a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, obrigatória a todos os cursos, ministrada pelo professor Valdir Rampinelli de maneira crítica e corajosa, em 1981, repercutiu fortemente em minha formação.

No início do último ano do curso de Engenharia, ingressei em um estágio na Construtora Dumez, encarregada pela construção da nova sede do Fórum de Florianópolis. Ali comecei a adquirir uma larga experiência em construção civil, fiquei na construtora mesmo depois de formado e recusei uma oferta da empresa para assumir o cargo de engenheiro no Rio de Janeiro. Segui então a carreira em outras empresas em Florianópolis⁴ e administrei a construção de cerca de 50 mil metros quadrados como engenheiro responsável. O exercício da engenharia, no entanto, não me satisfazia profissionalmente.

Decidi então voltar à vida acadêmica através de um mestrado. Tinha a clareza que não queria cursá-lo na Engenharia; buscava algo que tivesse um viés das ciências humanas ou sociais. Tentei então, sem êxito, as seleções nos programas de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e de Arquitetura e Urbanismo da USP. Aconselhado por um amigo, prestei prova e fui aprovado na ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração); o curso de Mestrado em Administração da UFSC era um novo

² GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução de Galeno de Freitas. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

³ Conselho Episcopal latino-americano CELAM. Terceira Conferência geral do Episcopado latino-americano. Puebla, 1978.

⁴ Cosate Engenharia, Grupo Habitasul, CRB empreendimentos imobiliários, EMECON e PR Engenharia.

começo. As seleções na Geografia e na FAU/USP me ajudaram no recorte temático da futura pesquisa do mestrado: queria estudar a cidade.

2.2. O mestrado em Administração.

Em março de 1989 comecei a cursar o Mestrado em Administração na área de concentração “Organizações e Gestão”. Não obstante a ênfase na área organizacional, percebi a possibilidade de fazer uma leitura mais ampla da questão urbana, que se apresentava como elemento central de minhas preocupações. As disciplinas oferecidas pelo professor Erni Seibel - Administração, Estado e Sociedade I e II - trouxeram um olhar da sociologia política para minha pesquisa; recém-retornado à universidade após seu doutorado pleno em Berlim, o professor Seibel nos apresentou autores importantes e desconhecidos de minha formação: Martin Carnoy, Nicos Poulantas, Joachim Hirsch, entre outros. Além disto, busquei no programa de Pós-Graduação em Geografia o complemento necessário para entender minimamente as dinâmicas urbanas; a disciplina Metodologia do Planejamento Regional e Urbano, ministrada pelo professor Ivo Sostizzo, trouxe-me leituras da geografia e sociologia urbanas, com destaque para Jean Lojkine que foi central na fundamentação teórica de minha dissertação. Desta forma, consegui, dentro de um curso de administração, desenvolver uma pesquisa de Geografia Urbana, com um enfoque da geografia crítica.

Durante o mestrado, formamos um grupo de estudo constituído pelos (hoje) professores Valdir Alvin, Ricardo da Silva e também pelo médico Flávio Magajewski, sendo orientados pelo professor Seibel. As reuniões de quarta feira, de ricos debates, foram de importância fundamental em minha formação, pude me aproximar de bibliografias que não tive acesso em minha graduação, particularmente importante foi a leitura de Martin Carnoy⁵.

A dissertação de mestrado⁶ foi uma experiência marcante de estudo sobre Florianópolis, a partir de um enfoque crítico, resultante das leituras

⁵ CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

⁶ PEREIRA, Elson. Gestão do Espaço Urbano: um estudo de caso das áreas Central e Continental de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

realizadas no curso e no grupo de estudo. Para explicar a escolha do objeto empírico preciso voltar um pouco no tempo. Nasci em um bairro periférico de Florianópolis, Prainha; a toponímia justificava-se pela existência de uma pequena faixa de areia de aproximadamente 200 metros de comprimento, formando uma praia onde os moradores se banhavam nas décadas de 1960 e 1970. Em 1970, com sete anos de idade, ouvi dizer que a casa de meus pais seria indenizada porque estava sendo feito um plano [diretor] que previa um aterro, que acabaria com a praia, e um túnel, cuja localização exigiria a destruição de minha casa. O aterro foi feito em 1972, com a destruição da praia, e a construção do túnel, apenas na década de 1990, com a demolição de várias casas, inclusive a de meus pais. Em 1975, meu professor de Geografia da então Escola Básica Celso Ramos, Eusébio, propôs a um grupo de alunos da quinta série a confecção de uma maquete para indicar usos para o aterro da baía sul de Florianópolis, que naquele momento dava suporte apenas às vias de acesso à ponte Colombo Salles. A Maquete foi apresentada na 1ª Feira Regional de Ciências da 1ª CRE, em Florianópolis. Tudo isto parece ter permanecido em minha memória por muito tempo.

As minhas lembranças de infância/adolescência e as leituras feitas durante o mestrado indicaram meu tema de pesquisa. Para fugir de uma visão funcionalista do papel do Estado na gestão do espaço urbano, recorri a Lojkin, evitando conceitos tão caros à teoria administrativa como Eficiência e Eficácia. Busquei mostrar que a urbanização desenvolvia um papel fundamental para a criação das condições necessárias à reprodução global das formações capitalistas desenvolvidas através de uma dupla socialização: do espaço e das condições gerais de produção. No entanto, essa dupla socialização não se dava de maneira automática; ela encontrava limites que seriam atenuados pela ação do Estado Capitalista, mas que, devido seu caráter de classe, agiria também de maneira contraditória em relação ao desenvolvimento das forças capitalistas. Assim, a pesquisa partiu da hipótese que:

O Estado, através de seus órgãos de administração municipal, em Florianópolis, ao gerir o espaço urbano por meio da elaboração e aplicação de leis urbanísticas, no período e área da pesquisa, atuou:

1) *Como regulador dos efeitos negativos da urbanização capitalista, de modo a garantir (a longo prazo) o processo de acumulação privada do capital;*

2) *Como um interventor contraditório sobre a socialização das forças produtivas.*⁷

Como elemento empírico, escolhi o processo de elaboração, aprovação e gestão do Plano Diretor aprovado em 1976, responsável pela construção do aterro da baía sul e pelo túnel da Prainha. As experiências vividas pelo menino alcançavam um caráter teórico; o engenheiro compreendia mais seu papel na divisão social do trabalho.

Depois de um grande mergulho na literatura sobre o espaço urbano e sobre o papel do Estado capitalista em sua gestão, fez-se necessária uma pesquisa em arquivos e algumas entrevistas para apontar os agentes e os processos de elaboração e de gestão do plano diretor estudado que foi, sem dúvida, aquele que mais marcou e ainda marca o espaço urbano da capital de Santa Catarina. Foram meses de visitas diárias aos arquivos do Jornal “O Estado”, quando todos os jornais do período de 01 de janeiro de 1976 a 31 de dezembro de 1992 foram folheados, buscando elementos que pudessem corroborar minha hipótese de pesquisa. Algumas entrevistas foram realizadas, sendo a principal delas aquela feita com o arquiteto Luis Felipe Gama d’Eça, responsável pelo plano. Além de conceder a entrevista, o arquiteto abriu seus arquivos pessoais fornecendo elementos essenciais para a compreensão do processo de planejamento de Florianópolis. O resultado da pesquisa foi uma dissertação que mesclou uma abordagem teórica consistente e um conjunto de elementos empíricos inéditos.

Não cabe aqui retomar as conclusões da pesquisa, mas ressaltar que um instrumento urbanístico mostrou-se central em minhas preocupações: a utilização da ferramenta “Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo” para compreender como o Estado gerencia a ocupação da cidade de forma a

⁷ PEREIRA, Elson. Gestão do espaço urbano: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Administração, 1992. P.61.

regulá-la, mas também de forma a favorecer certos capitais individuais. Este instrumento passou a ser, depois da dissertação, um elemento privilegiado em minhas pesquisas, sendo o tema de minha futura tese de doutorado.

A partir de 1991, já no final do mestrado, comecei minha primeira experiência na docência como professor substituto na Universidade Federal de Santa Catarina, na disciplina de estatística. O então Departamento de Informática e Estatística direcionou-me para os cursos ligados ao Centro Socioeconômico: Administração, Economia e Ciências Contábeis; também lecionei para os cursos de Engenharia Mecânica e Psicologia. Permaneci como professor substituto até final de 1992.

3. OS VINTE E CINCO ANOS DE UFSC

No fim do mesmo ano da defesa da dissertação em Administração, apareceu a oportunidade de prestar concurso na Universidade Federal de Santa Catarina, para lecionar a disciplina de Desenho Arquitetônico, Perspectiva e Sombras, no departamento de Expressão Gráfica (Centro de Comunicação e Expressão). Surgia então a possibilidade de me dedicar exclusivamente à docência e abandonar definitivamente a construção civil, para onde havia voltado com o final da bolsa de mestrado. Tomei posse em abril de 1993, ensinando desenho para o curso de Arquitetura, mas continuando a estudar questões relacionadas à cidade e ao urbanismo.

3.1. O estágio probatório e a preparação para o doutorado

A experiência de docência no Departamento de Expressão Gráfica começou no primeiro semestre de 1993, com doze horas/aula semanais para os cursos de Arquitetura e Urbanismo (2ª e 3ª fases) e Engenharia Civil. O conteúdo era totalmente diferente do objeto de mestrado; lecionava a representação, em forma de desenho, de objetos arquitetônicos. Ao lado da docência, procurava participar e publicar em eventos; ainda no primeiro semestre, apresentei trabalho na 45ª reunião anual da SBPC⁸ (Recife) intitulado “Estado e Espaço Urbano”; era o primeiro artigo (resumo) publicado com o conteúdo da dissertação de mestrado. No segundo semestre de 1993, além das disciplinas de graduação, lecionei uma disciplina no curso de especialização em desenho, promovido pelo departamento de Expressão Gráfica; assumi a representação do departamento no Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e a representação do Centro de Comunicação e Expressão no Conselho Universitário da UFSC.

Apesar de a docência ter como objeto o ensino do desenho, como já mencionei acima, continuei estudando as questões relacionadas ao urbano e à cidade. Neste sentido, buscava, sempre que possível, cursar disciplinas, no nível da pós-graduação, relacionadas com o espaço. Foi o caso da disciplina

⁸ PEREIRA, Elson. M. Estado e Espaço Urbano In: 45ª reunião anual da SBPC, 1993, Recife. Anais da 45ª reunião anual da SBPC, 1993.

Redes, Técnicas e Organização Territorial com a professora Leila Christina Dias, que acabara de se transferir da UFRJ para a Geografia da UFSC, após retornar de seu doutorado em Paris. Não apenas o conteúdo da disciplina foi importante para minha formação; comecei ali uma longa e sólida amizade com a professora Leila que, mais tarde, seria minha coorientadora de doutorado e colega de departamento.

O ano de 1994 foi importante, pois marcou o início de uma atividade que foi muito valorizada em minha carreira docente: a extensão universitária. Nesse ano, comecei uma importante assessoria em gestão urbana junto à Prefeitura Municipal de Itajaí. Continuei publicando em eventos científicos, artigos vinculados à pesquisa da dissertação de mestrado⁹, embora já começasse a publicar artigos da área de desenho¹⁰. No segundo semestre do mesmo ano, assumi a coordenação do Curso de Especialização em Desenho e comecei a fazer parte de bancas de conclusão de curso de Pós-graduação, em nível de especialização.

Como registrei anteriormente, o uso da ferramenta “zoneamento Urbano” para a gestão das cidades permaneceu como alvo de minhas preocupações acadêmicas. Comecei então a pesquisar sobre as possibilidades de cursar um doutorado sobre essa temática. Passei, a partir do final de 1993, a pesquisar as possibilidades onde eu poderia cursar o doutorado e troquei correspondência com várias universidades francesas (a internet estava ainda em gestação); a troca que mais prosperou foi com o professor Rémy Baudouï, do Instituto de Urbanismo de Grenoble. Após um aprofundamento da revisão bibliográfica,

⁹ PEREIRA, Elson. M. O Paradigma do Plano Diretor de Florianópolis In: Seminário Cidade e Imaginação, 1994. Caderno de Resumos do Seminário Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro, 1994.

PEREIRA, Elson. M. Modernismo Tardio In: 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 1994. Anais da 46ª Reunião da SBPC. Vitoria, 1994.

PEREIRA, Elson. M. Intervenção Contraditória do Poder Público no Espaço Urbano In: 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba, 1994.

¹⁰ PEREIRA, Elson. M. Criação e Computação Gráfica In: 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, 1994. Anais do 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Recife, 1994.

PEREIRA, Elson. M. Dificuldades de Aprendizagem de Perspectiva In: 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, 1994. Anais do 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Recife, 1994.

PEREIRA, Elson. M. Estudo Comparativo de Processos de Traçados de Perspectiva In: 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, 1994. Anais do 11º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Recife, 1994.

apresentei ao CNPq o projeto intitulado “A fragmentação funcional no desenho das cidades modernas e a segregação social”; a resposta positiva da concessão da bolsa veio em 31 de agosto de 1995 e em outubro do mesmo ano começava, em Grenoble, o doutorado sob a direção do professor Rémy Baudouï.

3.2. Os anos de doutorado em Grenoble

A escolha pelo doutorado na França foi resultado, além da abundante literatura francesa sobre o zoneamento urbano (*zonage*), das ricas trocas acadêmicas no diálogo com a professora Leila Dias, da Pós-graduação em Geografia da UFSC. Sua experiência de doutorado de cinco anos em Paris, ao lado da clareza com que expôs questões metodológicas (na disciplina que cursei em 1994), muito influenciou minha escolha. Igualmente, e isto não é negligenciável, eu me casara em 1992 com uma professora de francês, formada em letras Português/Francês e na Aliança Francesa. Stella, além de fluente no idioma, era entusiasta da ideia de viver um período na França.

Conseguido o meu aceite na Universidade Pierre Mendes France, precisamente no Instituto de Urbanismo de Grenoble, então presidido por meu orientador, solicitei a dispensa de cursar o *Diplôme d'Études Approfondies*, DEA¹¹, antes mesmo de começar o doutorado. A dispensa do DEA, conseguida em março de 1995, liberou-me da obrigatoriedade de cursar disciplinas e de defender um trabalho de conclusão ao final do primeiro ano de doutorado, permitindo, por conseguinte, dedicar-me desde o início da pesquisa ao estudo de meu objeto de análise. Logo de início, o professor Baudouï percebeu dois elementos importantes de minha pesquisa: a necessidade de caracterizar historicamente o “zoneamento urbano” e com isto, compreender as condições de constituição deste instrumento de urbanismo e de identificar as condições de sua transferência da Europa e Estados Unidos para a América Latina, particularmente para o Brasil. No segundo ano de tese, já havíamos definido não apenas o seu plano de redação, mas inclusive seu título: “*Histoire d'un outil d'aménagement: le zonage. L'exemple d'une ville brésilienne*”. Outro elemento

¹¹ O DEA poderia ser tomado como equivalente ao nosso mestrado, embora tenha um caráter mais de preparação para o doutorado que um diploma em si, como o Mestrado brasileiro.

definido seria a necessidade de trabalhar o objeto a partir de três escalas distintas: mundo, Brasil e Florianópolis.

Cursei algumas disciplinas como aluno ouvinte e segui alguns seminários, não apenas em Grenoble, mas também em outras cidades da França. Dois desses eventos podem ser destacados, pois guardaram uma grande proximidade com meu objeto de pesquisa: em Lyon, em dezembro de 1997, participei do seminário “*Les découpages du Territoire: zonage et Maillages du savoir, du pouvoir et de l’action*”; a mesa sobre a questão das “*decoupages du territoire dans la durée*” contou com a participação de Franck Scherrer, hoje professor titular do Instituto de Urbanismo de Montreal e trouxe contribuições significativas sobre a história do zoneamento urbano na cidade ocidental. Em Grenoble, em 1998, a palestra de Philippe Panerai, prêmio de urbanismo da França em 1999, sob o título “*La ville descontinue: Grenoble dans l’urbanisme des années soixante*”, trouxe elementos importantes sobre os efeitos do zoneamento nas cidades e apresentou-me importante bibliografia assinada por este autor¹².

No processo de revisão da literatura, deparei-me com a obra do italiano Franco Mancuso “*Le vicende dello Zoning*”¹³. A edição em italiano, Il Saggiatore (1978), estava esgotada e não havia exemplar para consulta nas bibliotecas francesas, o que me obrigou a solicitar uma cópia xerografada à editora; não obstante o pedido pouco comum a uma casa de edição, Pietro Formenton, do *gruppo editoriale il Saggiatore*, enviou-me um exemplar para meu endereço em 1997. A obra de Mancuso foi fundamental em minha tese; ela mostrou-me que antes de se tornar um elemento disciplinar, prescritivo, próprio do urbanismo funcionalista, o zoneamento tinha uma história ligada às necessidades socioeconômicas da Alemanha do final do século XIX; o autor ligou a criação do zoneamento ao quadro de conflitos urbanos (necessidade de terras para a indústria e necessidade de solucionar o problema das altas densidades habitacionais de Frankfurt) e atribui aos funcionários públicos alemães sua invenção, dentro de um quadro de reformismo municipal. Mostrou como o

¹² Principalmente Panerai, P., Castex, J. Et Depaule, J-C. Formes urbaines, de l’ilot à la barre. Paris, Dunod, 1977; Marseille, Parenthèses, 1997.

¹³ MANCUSO, Franco. Le vicende dello Zoning. Milão: Il Saggiatore. 1978.

sucesso da implantação do zoneamento em Frankfurt espalhou a experiência para toda a Alemanha e como esse instrumento de organização do espaço chegou à Nova Iorque (1916) como solução para impedir que trabalhadores ligados ao ramo da confecção de roupas pudessem permanecer morando nos últimos andares dos luxuosos magazines da Quinta Avenida de Manhattan. O Zoneamento surgiu assim, com motivações de controle social ou de correção das contradições econômicas onde foi implantado. Por outro lado, não é menos importante a maneira como ele tornou-se um elemento primário de organização do espaço: em 1928, por ocasião da constituição do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), os arquitetos e urbanistas ali reunidos declaram que *“em urbanismo, a primeira coisa é a classificação das funções”*. Estava posto o caráter prescritivo do zoneamento, que seria largamente difundido pelo Arquiteto autodidata franco-suíço Le Corbusier.

*“De la même façon que les manuels furent en Allemagne un élément essentiel pour la propagation de l'idée du zonage, le Mouvement Moderne, et principalement Le Corbusier, représente le principal moyen de diffusion de l'idée de zonage tel que ce deuxième courant le préconisait. Cette importance provient de la radicalité et de la violence avec lesquelles l'architecte franco-suisse développe et utilise le concept du zonage”.*¹⁴

Esta radicalidade que atribuí a Le Corbusier na concepção e difusão do zoneamento urbano fez com que buscasse a Fundação Le Corbusier¹⁵, em Paris, para aprofundar os estudos sobre este autor franco-suíço. As portas da fundação me foram abertas por meu orientador, prof. Baudouï, então diretor daquela instituição. Foram algumas semanas, em novembro de 1997, debruçadas sobre manuscritos originais, biblioteca pessoal, cartas trocadas com importantes personagens do urbanismo, inclusive os brasileiros Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e muitos projetos que me ajudaram sobremaneira a

¹⁴ PEREIRA, E.M. *Histoire d'un outil d'aménagement: le zonage. L'exemple d'une ville brésilienne*. Villeneuve d'Asq : Septentrion, 2002. Pp.19-20.

¹⁵ Em 1997, os arquivos da Fundação Le Corbusier ainda não estavam disponibilizados em forma digital em seu sítio (<http://www.fondationlecorbusier.fr>), o que só foi finalizado em 1998. Provavelmente, hoje não se justificaria um estágio de semanas *in loco*; no entanto, a experiência de manusear os originais dos manuscritos ou dos projetos foi extremamente prazerosa ao pesquisador.

conhecer não apenas a obra de Le Corbusier, mas sua maneira de pensar e agir. Guardo ainda hoje, centenas de fotocópias dos documentos consultados na fundação, com destaque para a carta enviada para Le Corbusier em 1930, onde Renato Almeida, do *Movimento Brasileiro* afirma que suas palestras proferidas com a temática do zoneamento urbano no Rio de Janeiro e São Paulo ainda eram amplamente discutidas nos círculos vanguardistas da época, meses depois de sua visita ao Brasil. Destaque igualmente para o exemplar datilografado sobre a cidade funcional (anais do IV CIAM de 1933) que deram origem à Carta de Atenas. O estágio na Fundação Le Corbusier teve um valor que foi além dos objetivos da Tese. Houve, graças a ele, uma grande aproximação da biografia¹⁶ do arquiteto autodidata. Anos depois, precisamente em 2008, quando estava em estágio pós-doutoral na França, ainda colhia frutos desse estágio ministrando uma palestra sobre as viagens de Le Corbusier à América Latina, conforme ilustra a figura a seguir.

¹⁶ Há de se considerar que meu orientador já havia publicado artigos científicos sobre Le Corbusier antes do período de meu doutorado (BAUDOU, Remi. Marcel Poëte et Le Corbusier, l'histoire dans le projet d'urbanisme. In: *Annales de la recherche urbaine*, 1987, vol. 37, p. 46-54.) e tornou-se posteriormente uma referência importante em termos de estudos sobre o arquiteto franco-suíço, com destaque para os livros sobre suas correspondências pessoais:

BAUDOU, Remi, DERCELLES, Arnaud. *Le Corbusier correspondance, 1900-1925*. Gollion : Infolio, 2001.
BAUDOU, Remi, DERCELLES, Arnaud. *Le Cobusier, correspondance, 1926-1946*. Gollion : Infolio, 2012.
BAUDOU, Remi, DERCELLES, Arnaud. *Le Corbusier, correspondance, 1947-1965*. InFolio. Gollion : InFolio, 2016.



Figura 1: Palestra proferida sobre Le Corbusier em Grenoble, 2008.

O estágio na Fundação Le Corbusier foi precedido de uma viagem de campo no Brasil com o objetivo de compreender o processo de transferências do conceito de zoneamento no pensamento urbanístico brasileiro, quem foram os atores, como foram os processos. As entrevistas com pesquisadores como Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ) e Philip Gunn (USP) foram particularmente enriquecedoras e apresentaram elementos novos e direcionadores para a pesquisa além de reforçarem alguns caminhos já escolhidos. O professor Philip reforçou a importância da obra de Franco Mancuso para o desenvolvimento do tema. A visita a Brasília trouxe elementos empíricos importantes ao estudo da repercussão espacial da utilização do zoneamento urbano como instrumento de organização do espaço. O estudo sobre a capital federal forneceu elementos para a elaboração do artigo *"Brasília: acteurs et auteurs d'une ville-*

concept”, publicado em 2000 no livro “*Villes et Régions au Brésil*”, organizado por Leila Dias e Cécile Raud¹⁷. O referido livro foi prefaciado por Paul Claval, que, em obra posterior¹⁸ referiu-se ao artigo publicado em 2000, dizendo:

“la formule qu’emploie Elson Pereira pour définir Brasília est parfaite: la nouvelle capitale du Brésil se présente d’abord comme une ville concept (Pereira, 2000, p. 109-117). Lúcio Costa, qui a la charge d’en concevoir le plan met en oeuvre des principes simples : ‘la nouvelle architecture doit chercher la réduction des différences de classe’ (Pereira, 2000, p.113)“ (Claval, 2004, p.275)

Igualmente importante foi segunda a pesquisa feita nos arquivos do professor Luís Felipe Gama d’Eça (a primeira tinha sido na pesquisa de mestrado), coordenador do plano diretor de 1976 para Florianópolis; esta pesquisa foi acompanhada de longa entrevista realizada com o arquiteto que tinha forte influência do pensamento funcionalista.

Desta forma a Tese foi estruturada em três partes distintas e articuladas: na primeira parte estudei a origem do zoneamento urbano, e para isto fui pesquisar entre os primeiros urbanistas. Mesmo que tenha encontrado algumas propostas teóricas visando a divisão da cidade em zonas de uso ou densidades diferentes, privilegiei a experiência empírica do uso do zoneamento e encontrei sua origem, em uma dimensão importante, na Alemanha, no final do século XIX. É um zoneamento operacional e intervencionista, ou seja, nem uma teoria que desenha uma cidade ideal, nem uma teoria que explica um tipo de organização característica da cidade industrial. O zoneamento foi, em sua origem, um instrumento fundamentalmente ideológico, funcional que permitiu atingir um objetivo econômico e social, e por isto, era rico de componentes de natureza eminentemente não disciplinar. O zoneamento foi a resposta de mediação em uma situação de conflito manifesto da cidade alemã. Mais tarde, por ocasião da constituição do CIAM, os arquitetos iriam afirmar que caberia fundamentalmente ao urbanismo a classificação das funções da cidade. A partir desse momento, além de ser um instrumento para o controle jurídico-

¹⁷ DIAS, Leila e RAUD, Cécile. *Villes et Régions au Brésil*. Paris : Harmattan, 2000.

¹⁸ CLAVAL, Paul. *La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir*. Paris : Belin, 2004.

legal de uso do solo, o zoneamento torna-se um instrumento primário do plano: de um lado protege seus aspectos organizacionais e estruturais e de outro, protege aspectos de composição e formais da cidade.

Na segunda parte, tratei de caracterizar a formação sócio-espacial brasileira e de apresentar eventos na história de utilização do zoneamento no Brasil, pois *“le zonage ne fut jamais une directive nationale pour l'ensemble des villes brésiliennes. Néanmoins, on le trouve dans divers plans et lois des principales villes brésiliennes”* (Pereira, 1999, p.183)¹⁹.

A última parte da tese denominei “O exemplo de uma cidade brasileira”, onde analisei profundamente a aplicação do zoneamento urbano como uma ferramenta de organização do território em Florianópolis. A escolha da capital catarinense deu-se por diversas motivações: primeiro como consequência da pesquisa feita no mestrado; depois da curiosidade científica de confrontar uma situação empírica e o debate sobre a cidade contemporânea e por fim, para contribuir com a pesquisa brasileira, abundante sobre as metrópoles, mas com lacunas no estudo de cidades de porte médio.

A redação da tese seguiu, então, dois objetivos: o primeiro seria um estudo de caso da cidade de Florianópolis, que utilizou, em sua legislação, o zoneamento como forma de organizar seu espaço urbano e o segundo seria a elaboração de uma crítica do zoneamento como um instrumento primário de projeto. Neste sentido, apresentei a seguinte questão de pesquisa:

Como se desenvolve o processo paradoxal de utilização do zoneamento urbano, na condição de elemento projetual primário de urbanismo, numa formação social historicamente estabelecida?

Trabalhei com a hipótese de que as contradições da prática dos projetos da modernidade subvertem suas premissas. Ignorados ou mal compreendidos, esses processos e tensões de práticas sociais e históricas invertem os planos e subvertem as políticas dos planejadores, pois eles têm uma visão teleológica

¹⁹ PEREIRA, E.M. *Histoire d'un outil d'aménagement: le zonage. L'exemple d'une ville brésilienne*. Instituto de Urbanismo de Grenoble : Tese de doutorado. 1999.

de história: a partir de um futuro idealizado, os urbanistas do modernismo fazem a avaliação do presente e propõem soluções.

Conjeturamos ainda que a utilização do zoneamento em Florianópolis seguiu uma análise urbana simplificadora, a qual negligenciou aspectos sociais, econômicos e mesmo políticos da cidade e de seu quadro de vida.

Verificamos que a maneira de utilização do zoneamento em Florianópolis apresentou características marcadamente funcionalistas: uma ferramenta de organização do espaço urbano que procurava tornar a cidade com maior desempenho do ponto de vista da circulação e da disposição das funções urbanas. O resultado, no entanto, foi uma clara opção pelo transporte individual e o aumento das distâncias a serem percorridas no cotidiano pelo fato de separar as diversas funções urbanas.

A não resolução dos problemas urbanos, em nível global, pelo campo de conhecimento urbano específico (o urbanismo) levou ao enfraquecimento de sua legitimidade junto à sociedade civil, que demanda, em parte em função disto, cada vez mais participação da população nas decisões dos destinos da cidade.

As conclusões da tese ensejaram uma série de novas questões que estiveram presentes em pesquisas que desenvolvi posteriormente: pode-se falar da passagem de um urbanismo de técnicos na direção de um urbanismo de concertação onde o zoneamento será o resultado de um processo de negociação mais do que uma ferramenta projetual? Esta passagem não seria a própria negação da hegemonia de um paradigma urbanístico que resulta do reforço da noção de participação?

A defesa da tese ocorreu em 25 de setembro de 1995 com a presença dos professores Rémy Baudouï, Leila Dias, Jean-Pierre Frey, Jean-Paul Guerin, Bernard Pouyet e Bruno Vayssiere e obteve a menção *très honorable à l'unanimité*. No relatório de defesa, o professor/orientador Rémy Baudouï destacou que “*Elson Pereira foi confrontado a importantes dificuldades de reunião da documentação tanto do lado brasileiro como do lado francês. Que essas dificuldades são frequentes, próprias aos temas que procuram explorar*”

as lógicas de aculturação e de transferência de saberes e conhecimentos de uma era cultural a outra.” A tese foi publicada na sua integralidade em 2002 pela Septentrion Presses Universitaires²⁰.

3.3. O retorno à UFSC: um período de transição

Caracterizo o período do meu retorno do doutorado até minha transferência para o Departamento de Geografia como um período de transição.

Imediatamente após a defesa de minha tese, rerepresentei-me em meu departamento de ensino e isto se constituía por si só um desafio. Se antes de meu doutorado, eu ministrava disciplinas para cursos ligados a outros centros e departamentos, durante meu afastamento foi criado no Departamento de Expressão Gráfica o curso de graduação em Design Gráfico. Como o recém-doutor em urbanismo poderia contribuir com o novo curso? Este era antes de tudo um desafio ético-profissional para mim.

O desafio seria o de conciliar objetivos departamentais e pessoais. Desta forma, nos primeiros anos após meu retorno, assumi disciplinas na graduação de Design, mas imediatamente procurei inserir-me em programas de pós-graduação onde poderia ministrar disciplinas ligadas à minha formação doutoral. Já no ano de 1999, credenciei-me no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e ministrei a disciplina “Tópicos Especiais de Desenvolvimento Regional e Urbano”, o que se tornaria frequente nos anos seguintes. Também fui convidado para ministrar disciplinas na pós-graduação em Engenharia de Produção, curso com o qual meu departamento mantinha um vínculo bastante estreito. Em 2002, credenciei-me no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, PÓSARQ, onde passei a ministrar duas disciplinas de maneira frequente: Morfologia Urbana e Métodos e Técnicas de Urbanismo. Neste mesmo ano, deixei de colaborar com o programa de pós-graduação em Engenharia de Produção. Na Geografia, passei a ministrar, a partir de 2005, as disciplinas de Metodologia de Planejamento Regional e Urbano e Planejamento

²⁰ PEREIRA, E.M. *Histoire d'un outil d'aménagement: le zonage. L'exemple d'une ville brésilienne*. Villeneuve d'Asq : Septentrion, 2002.

Regional e Urbano, até então ministradas pelo professor Ivo Sostizzo que havia sido meu co-orientador de mestrado entre 1989 e 1992. No curso de graduação em Design, dediquei-me à disciplina de Semiótica (aplicada ao Design), o que me exigiu um grande desafio pessoal.

Entre 1999 e 2005, havia começado a orientar treze dissertações de mestrado, quatro teses de doutorado, além de três trabalhos de conclusão de curso de graduação. Dos trabalhos de pós-graduação, três temas dominaram minhas orientações neste período: urbanidade, urbanização em geral e participação.

O tema urbanidade foi decorrente de minha tese; uma das conclusões de minha pesquisa feita em Grenoble foi de que havia uma relação estreita entre o zoneamento monofuncional e os espaços de baixa riqueza urbana, o que depois passaria a chamar de baixa urbanidade. A primeira pesquisa que desenvolvi após reassumir as funções de professor junto ao departamento de Expressão Gráfica foi denominada “Urbanidade e Sustentabilidade de Espaços Públicos”²¹, onde estudei as questões ligadas ao zoneamento monofuncional e o uso do espaço urbano, tendo como recorte espacial um loteamento denominado Jardim Santa Mônica, em Florianópolis.

O tema sobre os processos de urbanização das cidades brasileiras também estiveram presentes neste período, principalmente nas orientações desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Destaque para as teses de doutorado de André Santos e Lizandro Schmit ²² iniciadas em 2005 e 2004, respectivamente, e para a dissertação de Cristiane Camillo

²¹ Pesquisa com financiamento do FUNPESQUISA/UFSC.

²²

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual : poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR).** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009 .

Rossini²³. As três pesquisas versavam sobre a urbanização em três cidades diferentes: Florianópolis, Guarapuava e Santa Maria.

Além dessas atividades, em setembro de 2001, fui convidado pela Caixa Econômica Federal a participar, como debatedor, da jornada sobre o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que acabara de ser aprovada pelo Congresso Nacional, após treze anos de tramitação. Tal lei era resultado de um grande debate nacional travado desde 1985 pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Esta mesa sobre o Estatuto da Cidade marcou o início de minha atuação sobre a temática da Reforma Urbana e da participação em políticas públicas, tanto na pesquisa como em atividades de extensão.

Em 2004, concluí um projeto de pesquisa intitulado “Linguagem, Poder e Participação Popular”, o qual procurava estudar sobre as formas de expressão de comunidades de periferia em práticas participativas, utilizando-se de mapas cognitivos para a identificação de demandas populares. Tal projeto foi igualmente importante para a divulgação do Estatuto da Cidade em áreas pobres no município de Palhoça. Esta aproximação com o processo participativo teve repercussão nas orientações de mestrado, com destaque para a pesquisa de Alessandra do Carmo Pinheiro²⁴ sobre os Conselhos Setoriais no município de Santa Maria/RS. Outro desdobramento ligado a esta temática abriu um espaço de atuação na forma de extensão universitária, como foi o caso da elaboração da Política Habitacional para o Município de Biguaçu, entre 2002 e 2003, e do Município de Palhoça, em 2005, da assessoria junto à Prefeitura Municipal de Itajaí para a elaboração de seu Plano Diretor Participativo, em 2005, e para uma série de palestras como na UnoChapecó sobre Zonas especiais de Interesse Social (ZEIS), em 2005²⁵.

²³ ROSSINI, Cristiane Camillo. **A segregação na distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana, na cidade de Santa Maria/R S**. Florianópolis, 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia.

²⁴ PINHEIRO, Alessandra do Carmo. **Participação popular e política pública habitacional: Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis, 2004.

²⁵ Palestra “Zona Especial de Interesse Social”, proferida no I Ciclo de Debates Antônio Francisco Guerreiro Zibordi: inclusão e exclusão espacial no meio urbano, na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, UNOCHAPECÓ, 20/15/2005.

Nasceu, no âmbito dessas atividades, o Laboratório de Planejamento Urbano “Cidade e Sociedade”, que apesar de estar localizado no Centro de Comunicação e Expressão, congregava estudantes do Centro Tecnológico e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

As Políticas Habitacionais desenvolvidas junto aos Municípios de Palhoça e Biguaçu foram reveladoras do acúmulo das pesquisas até aquele momento. Elas incorporaram pelo menos três elementos de reflexão que eu vinha elaborando: sobre a Reforma Urbana, sobre o conceito de urbanidade e sobre metodologias de participação em políticas públicas urbanas.

Na Política Habitacional Municipal - PHM de Biguaçu coordenei uma equipe formada pelo professor Luiz Fernando Figueiredo Gonçalves, pela mestrandia em Geografia Alessandra Pinheiro e pelos graduandos Samuel Steiner dos Santos, Françoá Aparecida Techio e Simone Luiza Rosseto. A política pública desenvolvida apresentou, em seu conteúdo final, elementos que reforçaram a democracia participativa, como demonstra seus objetivos:

- *“definir a democracia como forma única de elaboração e desenvolvimento da PHM de Biguaçu.*

(...)

- *Desenvolver mecanismos de participação popular no desenvolvimento da PHM entendendo que isto também faz parte do processo de inserção social”²⁶.*

Apresentou igualmente elementos que indicavam a busca da urbanidade nas soluções habitacionais:

- *“Desenvolver a ideia de Habitação como elemento urbano e comunitário buscando o fortalecimento do conceito de bairro e urbanidade”²⁷.*

Na Política Habitacional Municipal – PHM de Palhoça, coordenei uma equipe formada pela mestre em geografia Alessandra do Carmo Pinheiro, o arquiteto Samuel Steiner dos Santos, o mestre em geografia André Santos, o arquiteto Murad Vaz e a mestre em administração Cleide Blatt. A Política foi

²⁶ BIGUAÇU. *Política Habitacional de Biguaçu*. Florianópolis: NIPE. 2003, p.49.

²⁷ Idem, p 51.

desenvolvida entre abril e junho de 2005, também de forma participativa e igualmente reforçou a necessidade de soluções habitacionais que contemplassem o conceito de urbanidade, conforme podemos verificar em duas de suas diretrizes aprovadas:

- *“Conceber soluções de moradia baseadas no conceito de integração ao tecido urbano, evitando a segregação social e/ou funcional, utilizando espaços não edificados, subutilizados ou não utilizados da cidade.*
- *Ampliar o conceito de habitação, de modo a não restringi-lo a aspectos físicos da moradia, possibilitando à comunidade, espaços de convivibilidade e integração social”²⁸.*

Foram também relevantes as atividades administrativas e de representação desenvolvidas neste período: fui coordenador de pesquisa do departamento de Expressão Gráfica a partir de agosto de 2000; Chefe do mesmo departamento entre 2002 e 2003; vice-diretor do Centro de Comunicação e Expressão entre 2003 e 2004, além de representante deste centro no Conselho Universitário da UFSC entre 2002 e 2004.

O que se pode concluir desse período de transição, foi que procurei contribuir com o centro e com o departamento que investiu em minha formação doutoral entre 1995 e 1999, ministrando disciplinas no recém-criado curso de Design Gráfico, com destaque para a disciplina de Semiótica, orientando trabalhos de Conclusão de Curso e exercendo inúmeras funções administrativas. No entanto, não há como negar que meus interesses de pesquisa e atuação junto à sociedade (principalmente na forma de extensão universitária) estavam mais voltados ao planejamento urbano. Ao término de meu mandato como vice-diretor do Centro de Comunicação e Expressão, havia quase um consenso em torno de meu nome para exercer o cargo de Diretor daquele Centro; era o único candidato que se apresentaria para as eleições no final de 2005. No entanto, a aposentadoria do professor Ivo Sostizzo, do Departamento de Geociências, mudaria definitivamente minha trajetória

²⁸ PALHOÇA. **Política Habitacional Municipal de Palhoça**. Florianópolis: Laboratório Cidade e Sociedade, 2005, p .49.

acadêmica: respondendo ao convite do Professor, decidi mudar de departamento na UFSC. Em dezembro de 2005, foi aprovada minha transferência em definitivo para o departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

3.4.A transferência para o departamento de Geociências e a solidificação do campo de atuação

3.4.1. Os primeiros dois anos

Considero 2006 e 2007 dois anos muito importantes na afirmação de meu campo de atuação na vida acadêmica. Como apresentado na seção anterior, até então precisava dividir meus trabalhos na universidade entre aquilo que lecionava na graduação e aquilo que pesquisava e lecionava na Pós-graduação. A mudança para o departamento de Geociências transformou o caráter de meu trabalho profissional, unindo, do ponto de vista do campo do conhecimento, os objetos de pesquisa, ensino e extensão.

Imediatamente após minha transferência, no primeiro semestre de 2006, assumi a disciplina de Planejamento Regional e Urbano oferecida na sexta fase de Geografia (bacharelado e licenciatura) e as disciplinas relacionadas ao planejamento urbano no Programa de Doutorado em Geografia: Metodologia do Planejamento Regional e Urbano e Planejamento Regional e Urbano. Lecionei ainda outras disciplinas, ministradas na forma de Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional e Urbano: Planejamento Urbano no Brasil e na Europa; Métodos e Técnicas de Urbanismo e Cidade Contemporânea. Além disto, continuava ministrando disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura onde estava credenciado. No âmbito da administração, assumi a partir de junho de 2007, a vice-coordenação da Pós-graduação em Geografia, onde permaneci por quatro anos.

Neste período de dois anos, orientei 04 teses de doutorado, 07 dissertações de mestrado, sendo que 03 delas foram defendidas (todas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFSC), além de 06 monografias de Conclusão de Curso, todas na Geografia. Além disto, participei

de uma banca de doutorado, 13 de mestrado, 09 de Trabalhos de Conclusão de Curso, 11 de qualificação de mestrado e uma de monografia de especialização.

Também foi um período intenso de participação em eventos Científicos: participei do VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE, como moderador de mesa; do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR; da 58ª Reunião da SBPC como apresentador de trabalho²⁹; de Seminário de Avaliação das Experiências em Planos Diretores Participativos e de Regularização Fundiária, como palestrante e membro da Comissão Científica e do II Simpósio de Dano Ambiental na Sociedade de Risco, como palestrante.

Foi particularmente relevante a organização de cinco eventos, todos relacionados ao Planejamento Urbano ou à Geografia Urbana:

- a) **I e II Jornadas Universitárias: a UFSC e o Plano Diretor de Florianópolis.** Desde 2006, exerci a representação da UFSC no Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Procurando garantir a participação da comunidade universitária no processo de construção do plano municipal, juntamente com outros professores e alunos, organizei dois eventos que discutiram elementos importantes para a elaboração do documento de planejamento do município. Os encontros aconteceram em 2007 e resultaram em um documento entregue ao Núcleo Gestor municipal.
- b) **III Conferência Estadual das Cidades de Santa Catarina – versão estadual da Conferência Nacional das Cidades.** Fiz parte da Comissão organizadora do evento realizado entre os dias 04 a 05 de outubro de 2007, em São José, Santa Catarina. A conferência foi preparatória para a III Conferência das Cidades em nível federal.

²⁹ PEREIRA, Elson. M. Demandas Populares no Planejamento das Cidades: redefinição do papel das cidades, democratização e governança urbana. In: Sarah Feldman; Ana Fernandes. (Org.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mudanças, tensões, desafios. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2007, v. , p. 315-327. Esta coletânea foi resultado de mesa redonda organizada pela ANPUR na 58ª reunião da SBPC.

- c) **X SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana.** A presidência do evento foi compartilhada com a professora Leila Christina Duarte Dias e Carlos José Espíndola. O evento realizado em Florianópolis entre 20 de outubro e 02 de novembro de 2007, teve como tema “Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas”. O evento resultou, além dos anais dos trabalhos apresentados, em um livro intitulado “As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro”³⁰. O livro foi organizado por mim e pela professora Leila Dias; contou com 24 artigos, distribuídos em três partes: “Futuro e presente das cidades e da urbanização no Brasil”, “Semelhanças e diferenças no processo de urbanização no sul do Brasil” e “Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil”.
- **Seminário de Planejamento Urbano Brasil e Europa: um diálogo ainda possível?** Após sete anos do término de meu doutorado em Grenoble, e em um contexto acadêmico mais receptivo ao campo do Planejamento Urbano, investi fortemente numa aproximação institucional entre o Instituto de Urbanismo de Grenoble e o Programa de Pós-graduação em Geografia. A primeira ação efetiva foi a de formalizar um termo de cooperação científica entre as duas instituições, o que foi efetivado em 2006, sendo o acordo renovado em 2011 e permanecendo vigente até 2016. Como forma de marcar a assinatura do acordo, organizei em conjunto com os alunos ligados ao Laboratório Cidade e Sociedade, um evento na UFSC que propiciou um diálogo entre a prática do planejamento urbano na França e no Brasil. Convidamos o professor Yves Chalas, então pertencente ao quadro de professores do Instituto de Urbanismo de Grenoble, para abrir o evento com uma palestra sobre a prática contemporânea do planejamento em seu país; tal palestra foi proferida a partir do trabalho apresentado em sua banca de Livre Docência na França³¹, onde o pesquisador francês desenvolveu o conceito de “urbanismo do pensamento prático”. Tal conceito

³⁰PEREIRA, E.; DIAS, L. C. D. (Orgs.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011. 447 p.

³¹ HDR: Habilitation pour Diriger Recherches.

indicava como a prática da concertação no planejamento urbano na França, superou um período marcado pela tecnocracia no planejamento urbano. Para fazer o diálogo, convidamos vários pesquisadores brasileiros como Luís Pinedo Quinto Junior (Centro Universitário Belas Artes, CEUBA), Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP), Gilmar Mascarenhas (UERJ), Enio Moro Junior (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo), Nelba Penna (UNB), Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) e Jan Bitoun (UFPE). Os pesquisadores brasileiros trouxeram para o debate a experiência brasileira do planejamento urbano participativo, um dos alicerces do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. O Seminário realizou-se entre 23 e 25 de outubro de 2006, onde os professores e acadêmicos discutiram questões comuns e caminhos divergentes do planejamento urbano brasileiro e europeu. Além dos anais do evento, um resultado relevante do evento foi a publicação do livro “Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas”³², pela editora Argos; tal livro teve sua primeira edição esgotada e hoje está em sua segunda edição (revisada). Além de organizar o referido livro, fiz a tradução para o português do texto sobre o conceito de urbanismo de pensamento prático, do professor Yves Chalas³³.

Em 21 de agosto de 2006, foi publicada a portaria 053/CFH/2006 que criou o Laboratório Cidade e Sociedade no departamento de Geociências, por mim coordenado até hoje. Esse laboratório tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisas, atividades de extensão e orientações nos diversos níveis de ensino.

Foi no interior deste laboratório que, nesses primeiros dois anos no departamento de Geociências, elaboramos de forma participativa a Política

³² PEREIRA, Elson (org). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

PEREIRA, Elson (org). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. 2ª Edição, revisada e atualizada. Chapecó: Argos, 2013.

³³ CHALAS, Yves. O urbanismo: pensamento ‘fraco’ e pensamento prático. (tradução Elson Pereira e Alzira Krebs). IN: PEREIRA, Elson (org). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. 2ª Edição, revisada e atualizada. Chapecó: Argos, 2013.

Habitacional de Jaraguá do Sul/SC³⁴, integrando pós-graduandos do programa de Pós-Graduação em Geografia. Tal política trouxe em seu conteúdo, todo o acúmulo de pesquisas e de práticas de extensão até então, com ênfase nos princípios do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, as ferramentas do Estatuto da Cidade e elementos de nossas pesquisas sobre urbanidade.

Igualmente, desenvolvemos um projeto de extensão junto à Prefeitura Municipal de Palhoça, de forma a realizar uma ação de hierarquização dos chamados aglomerados subnormais³⁵ do município; tal ação estava inserida no projeto Habitar Brasil-BID, que tinha por objetivo instrumentalizar as prefeituras municipais para intervirem em seus problemas habitacionais. Destaca-se, nessa atividade de extensão, o desenvolvimento de uma metodologia própria para fazer a avaliação dos diversos espaços de moradias de forma comparativa, apresentando como resultado final uma lista de aglomerados segundo uma ordem de prioridade de intervenção do poder público.

A partir de 2006, assessoriei a Prefeitura Municipal de Itajaí na elaboração de seu plano diretor participativo. Na referida assessoria, pude associar uma orientação de mestrado³⁶ e publicações sobre a prática participativa em planos diretores municipais³⁷.

³⁴ O desenvolvimento de Políticas e Planos Municipais de Habitação para vários municípios de Santa Catarina (Biguaçu, Palhoça, Jaraguá do Sul e Bombinhas), resultou em publicações diversas como: PEREIRA, E. Política de Habitação Municipal, democracia e urbanidade. Anais do II Congresso Brasileiro e I Ibero de Habitação Social, novembro de 2006.

³⁵ Aglomerado Subnormal “é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:
- irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou
- carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)” (IBGE, 2010, p.3).

³⁶SANTOS, Samuel Steiner dos. Plano Diretor de Itajaí/SC: do desenho da participação à participação sem desenho. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

³⁷ PEREIRA, Elson. e SANTOS, Samuel. A prática participativa no planejamento urbano: o poder público dá as cartas? IN: Cadernos do IPPUR/UFRJ, v.22, n.2, ago/dez. 2008. Pp. 115-130.

PEREIRA, Elson e SANTOS, Samuel. Plano Diretor de Itajaí: do desenho da participação à participação sem desenho. IN: SCHULT, Sandra et all (orgs). Experiências em Planejamento e Gestão Urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária. Blumenau: Edifurb, 2010. Pp. 195-204.

PEREIRA, Elson e SANTOS, Samuel. Entre ciclos eleitorais e ciclos de planejamento: o plano diretor de Itajaí e os limites da participação social. IN: PEREIRA, E. A alegoria da Participação: planos diretores participativos pós-Estatuto da Cidade. Florianópolis: Insular, 2015. Pp. 215-227.

Em 2007, em conjunto com a doutoranda Maristela Ferrari, organizei um número especial da Revista Grifos, da Editora Argos, tendo como título “Abordagens Geográficas”. Além da seleção de artigos relacionados à temática, traduzi outro importante artigo do professor Yves Chalas intitulado “Cidades Contemporâneas”³⁸.

Foram dois anos intensos de prática integrada dos três pilares de universidade que ajudaram a preparar o estágio pós-doutoral que eu desenvolveria no ano de 2008.

3.4.2. O Pós-doutorado no Instituto de Geografia Alpina de Grenoble e o acordo de cooperação com o Instituto de Urbanismo de Grenoble

O Estágio Pós-Doutoral, intitulado “Planejamento Urbano em transformação: desafios da participação política” foi desenvolvido no laboratório “PACTE: *Politiques Publiques, Action Politique, Territoires*” que integra profissionais do *Institut de Géographie Alpine (IGA)* e do *Institut d’Urbanisme de Grenoble (IUG)*, foi resultado das inquietações surgidas no período que se seguiu ao doutorado. Esse estágio realizou-se sob a supervisão do professor Yves Chalas, então coordenador da linha de pesquisa “Ciência e Sociedade: da produção dos conhecimentos à produção da ação”.

A configuração da *Cité des Territoires* que reúne os Institutos de Geografia Alpina e de Urbanismo de Grenoble em um mesmo espaço físico facilitou o acesso aos acervos das bibliotecas de ambos os institutos, bem como o encontro quase diário com os respectivos corpos docentes. Além disto, as várias atividades acadêmicas transversais ao Urbanismo e à Geografia Urbana que aconteceram ao longo do ano permitiram um estágio enriquecedor.

Os primeiros meses de estágio foram dedicados ao estudo da prática do planejamento urbano na França, com ênfase nas questões relacionadas à concertação poder público/população e ao aprofundamento do conceito de

³⁸ CHALAS, Yves. Cidades Contemporâneas. In: PEREIRA, Elson M. e FERRARI, Maristela. Revistas Grifos. Dossiê Abordagens Geográficas. 22 ed. Chapecó: Grifos, 2007.

“urbanismo do pensamento prático” do professor Yves Chalas. Este trabalho foi feito principalmente a partir da análise do acervo da biblioteca do Instituto de Urbanismo, do acervo pessoal do professor Yves Chalas e igualmente através de diálogos com os professores integrantes do PACTE. O conceito de urbanismo do pensamento “prático” ou “fraco” surgiu da avaliação da prática do urbanismo ao longo dos últimos 50 anos na França; até a década de oitenta, do século passado, quando havia a crença de que o urbanismo, como campo do conhecimento e prática profissional, poderia responder às necessidades das cidades; poderia ele resolver os problemas próprios da população urbana a partir de suas premissas técnicas. Essas premissas, durante a maior parte do século XX, foram ditadas pelo pensamento funcionalista, hegemônico na sociedade urbana ocidental. De caráter prescritivo, o pensamento funcionalista/modernista apresentou-se como um urbanismo do pensamento forte, com referencial forte e, portanto aceito com poucos questionamentos. Mesmo criticado já a partir dos anos sessenta³⁹, Chalas⁴⁰ mostra que o urbanismo, só partir dos anos oitenta e noventa do século passado, transformou-se ou evoluiu em seu funcionamento no contexto francês, sendo menos tecnocrático, chamando a participação dos habitantes e estabelecendo a figura da concertação pública como prática decisória. Apareceu então, “*a concepção de urbanismo sem projeto, ou com pensamento fraco, ou ainda, urbanismo com referencial fraco ou frio [...] o contrário de um pensamento simples, de um pensamento repleto de certezas e orientado para perspectivas de futuro claramente traçadas*” (Chalas, 2008), p,22). Segundo o autor, esta prática do urbanismo, vai se estabelecer a partir de cinco modalidades possíveis: é um urbanismo não-especialista; performativo ou não-diretivo; um urbanismo integrador; um urbanismo em negativo e um urbanismo político (menos tecnicista). Segundo Chalas (2008) o melhor projeto não seria o

³⁹ A obra emblemática que caracteriza essa crítica é o livro da norte-americana Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes Cidades*, escrito originalmente em 1961.

⁴⁰ São várias as obras publicadas por Yves Chalas:

CHALAS, Y. (1998), “L’Urbanisme de la pensée pratique : l’urbanisme de la pensée faible”, *Les Annales de la recherche urbaine*, 80-81, pp 205-214.

_____, (1999), *L’Invention de la Ville : L’Imaginaire Social dans ses rapports avec les pratiques d’habiter et l’urbanisme. Rapport pour l’habilitation à diriger des Recherches*. IUG, Grenoble.

_____, (2001), “La “pensée faible” comme refondation de l’action publique”, *Actes de l’Université transfrontalière d’été “Action publique et métropolisation : le rôle des espaces publics”*, Morges (Suisse) 10-14 septembre.

tecnicamente perfeito, mas o politicamente consensuado. A aproximação com o pensamento do professor Yves Chalas havia começado no evento organizado em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina, já mencionado anteriormente.

A partir do segundo semestre do estágio, fui solicitado pelos programas de mestrado e de doutorado ligados ao IGA/IUG para algumas intervenções na forma de disciplinas ou de seminários. Lecionei a disciplina “*La ville latino-américaine*” durante o I semestre do ano letivo 2008/09 para o mestrado “*Urbanisme, Habitat et Coopération Internationale (UHCI)*”. Voltaria a lecionar tal disciplina em várias ocasiões em que retornei a Grenoble como professor visitante após o estágio pós-doutoral (2010, 2011 e 2015). Nesta disciplina, abordei a formação urbana da América Latina, com ênfase na cidade brasileira, do período colonial até os dias atuais. A questão da urbanização desigual e o contexto do surgimento de um pensamento urbanístico crítico que levou ao surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e da criação de uma legislação igualmente crítica e comprometida com a justiça social (Estatuto da Cidade) foram igualmente abordados na disciplina.

Merece destaque ainda o seminário doutoral intitulado “*Regards sur les pratiques actuelles de la planification urbaine au Brésil*”, onde apresentei um quadro sobre a prática participativa em planos diretores no Brasil.

Dois artigos preparados no período do estágio foram importantes. O primeiro deles foi escrito em conjunto com o doutorando do IUG, na época, Mathieu Perrin, intitulado “*Le droit à la ville. Cheminements géographique et épistémologique (France – Brésil – International)*”⁴¹; esse texto retomou o surgimento da ideia de Direito à Cidade em Henry Lefebvre. Uma reflexão epistemológica, tentando recensear as influências científicas e filosóficas que contribuíram para a emergência desta demanda no autor francês. O artigo apresentou reflexões de como esse conceito, nascido no contexto francês, chegou ao Brasil e posteriormente foi retomado em organismos como a ONU-

⁴¹ PEREIRA, Elson e MATHIEU, Perrin, intitulado “*Le droit à la ville. Cheminements géographique et épistémologique (France – Brésil – International)*”. “*L’information Géographique*. Março, vol. 75, 2011. Pp. 15-36,

habitat. O segundo artigo, denominado “Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores”⁴², analisou, do ponto de vista conceitual, os planos elaborados para o município de Florianópolis, à luz do pensamento do urbanismo do pensamento prático e da crítica ao urbanismo funcionalista e foi preparado para a publicação na revista GEOSUL.

Durante o estágio, em viagem ao Brasil, presidi a banca da primeira tese de doutorado defendida por uma orientanda minha. Tratou-se da tese de Noeli Pértili⁴³, intitulada “Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense”.

No final do estágio, pude ainda estreitar a relação acadêmica com os dois Institutos, principalmente através de uma maior aproximação com o *Instituto de Urbanismo* e da intenção manifestada de seu presidente de não apenas renovar em 2010 o acordo existente entre a *Université Pierre Mendès France* com a Universidade Federal de Santa Catarina desde 2005, bem como de aprofundá-lo.

Não há dúvidas que o referido acordo foi importante para o processo de internacionalização do programa de pós-graduação em Geografia da UFSC. Entre as atividades desenvolvidas no período de cooperação (2005-2015), podemos destacar:

- Organização do seminário internacional “Brasil-Europa, um diálogo ainda possível?”, em 2006, já descrito anteriormente neste memorial;
- Meu pós-doutorado em 2008;
- Minha participação como professor visitante no IUG onde ministrei as disciplinas “*Ville latino-américaine*” e “*La participation citoyenne dans la planification*” em 2008, 2010, 2011 e 2015, no programa de mestrado “*Urbanisme, Habitation et Coopératin internationale*”,

⁴² PEREIRA, Elson. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores, Revista Geosul, v.25, n.49, jan./jun. 2010. Pp. 103-122.

⁴³ PERTILE, Noeli. Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense. Florianópolis, 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0349-T.pdf>>

- Tradução e publicação de dois artigos do professor Yves Chalas⁴⁴;
- Orientação de duas dissertações de mestrado no Instituto de Urbanismo de Grenoble⁴⁵;
- Visita dos professores Teodoro Valles e Jean-Michel Roux do IUG à UFSC, onde ministraram disciplinas;
- Estágios de estudantes brasileiros no Instituto de Urbanismo de Grenoble:
 - o Noeli Pertili, doutoranda, orientada por Yves Chalas;
 - o Daiane Bertolli, doutoranda, orientada por Gilles Novarina;
 - o Silvio Mendes, doutorando, orientado por Emmanuel Matteudi;
 - o Fernando Pinto Ribeiro, doutorando da Universidade de São Paulo, orientado por Marcus Zepf;
 - o Samuel Steiner, Mestrado *“Urbanisme, Habitation et Coopératin international”*.
- Estágios de estudantes franceses no programa de pós-graduação em geografia da UFSC, todos sob minha orientação:
 - o Jérôme Sensier,
 - o Sara Casiano,
 - o Brice Caillebot,
 - o Laurane Corvisier,
 - o Margot de Petris
- Pós-doutorado da professora Adriana Marques Rossetto do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC no IUG, sob a supervisão de Marcus Zepf.

Minha trajetória até o pós-doutorado, não foi linear; ela foi o resultado de buscas pessoais e oportunidades que se apresentaram. A partir de 2009, as

⁴⁴CHALAS, Yves. O urbanismo: pensamento ‘fraco’ e pensamento prático. (tradução Elson Pereira e Alzira Krebs). IN: PEREIRA, Elson (org). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. 2ª Edição, revisada e atualizada. Chapecó: Argos, 2013
 CHALAS, Yves. Cidades Contemporâneas (tradução de Elson Pereira). IN: Revista Grifos. Chapecó: Argos, 2007. Pp 15-65.

⁴⁵ CAILLIBOT, Brice. La participation institutionnalisée, un outil pour résoudre les problèmes de logement au Brésil. Étude de la réalisation du plan d’habitation de Interét social à Palhoça. Master Urbanisme, Habitat et Coopération International. IUG. 2009.
 HETZ, Erwin W. Bus Rapid Transit: nouvelles opportunités de développement urbain soutenable. . Master Urbanisme, Habitat et Coopération International. IUG. 2009.

bases de minha atuação nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, e da administração estavam postas, mas não ainda definitivamente traçadas. O memorial daqui pra diante perderá um pouco de seu caráter de trajetória e passa a apresentar, sob a ótica de um balanço crítico, as atividades de ensino (incluindo orientações), de pesquisa, de extensão, administrativas e de outras atividades que se apresentaram como importantes de serem descritas e analisadas durante o período lotado no Departamento de Geociências.

3.4.3. O Ensino e as orientações

Como já apresentado anteriormente, assim que me transferi para o Departamento de Geociências, assumi a disciplina de Planejamento Regional e Urbano no curso de Graduação em Geografia, Bacharelado e Licenciatura. Imprimi à disciplina um caráter diferente da maneira que até então era ministrada pelo professor Ivo Sostizzo, quando aspectos mais práticos de elaboração de planos diretores eram privilegiados. Fazia sentido, até então, apresentar metodologias de leitura e intervenção técnicas nas cidades, mas, a partir da crítica ao tecnocratismo e da ênfase à participação da sociedade civil nos processos de planejamento era necessário uma mudança no enfoque da disciplina. Entendi também que uma única disciplina de quatro horas semanais era insuficiente para instrumentalizar um graduado em Geografia para o exercício da profissão de planejador urbano; ela seria suficiente para, no máximo, sensibilizar o graduado para o aspecto político do planejamento urbano. Além disto, como gostaria de enfatizar o papel da participação na definição de planos urbanos, não fazia sentido elaborar planos (mesmo que em forma de exercício acadêmico) dentro de um pensamento que privilegiasse apenas a ação do técnico, sem a participação do cidadão. Desta forma, priorizei três objetivos para serem alcançados na disciplina: 1) mostrar a trajetória do planejamento urbano na história, de como ele privilegiou a visão tecnocrática e de como o paradigma funcionalista/modernista causou distorções nos espaços urbanos por ter uma leitura restrita do conceito de cidades; 2) mostrar como o debate da participação entrou no contexto do planejamento urbano e 3) mostrar como o Movimento Nacional pela Reforma

Urbana apresentou-se como resposta ao contexto urbano desigual das cidades brasileiras.

Desde 2006, fui o responsável pela disciplina, não a ministrando apenas nos períodos em que me encontrei afastado par formação. Assim, a referência de planejamento urbano no curso de Geografia é a disciplina ministrada na sexta fase do curso e os alunos que buscaram desenvolver Trabalhos de Conclusão de Curso na área, em sua maioria, procuraram minha orientação. Destaco a seguir, alguns desses trabalhos:

1. Roberta Raquel. Mobilidade ciclística: modal de inclusão socio-espacial. 2006.
2. Douglas de B. Oliveira. Impactos sócio-espaciais da construção da Avenida das Torres em São José, Santa Catarina. 2006.
3. Matheus Grandi. Meios de Comunicação Comunitários e Participação Popular no Planejamento Urbano: o caso da Comunidade do Campeche. 2007.
4. Fernando Pinto Ribeiro. A auto-segregação sócio espacial em Palhoça - SC: o caso do loteamento Pedra Branca. 2007.
5. Hermann Albert Becker Mondl. Uma leitura do espaço do bairro Córrego Grande - Florianópolis/SC: a visão dos líderes comunitários na elaboração do plano diretor participativo. 2007
6. Júlia Ribes Fagundes. As mudanças de zoneamento urbano em Florianópolis: processo, atores e contradições. 2008.
7. Thaís Nozaki. A prosa dos espaços públicos distritais no plano diretor participativo de Florianópolis/SC. 2009.
8. André Vandresen Nunes. Sistema viário e deslocamento das equipes de emergência do Corpo de Bombeiros em Florianópolis: um estudo de caso. 2010.
9. Jaqueline Maria Prudêncio. Mudanças da paisagem e a degradação de recursos hídricos na bacia do rio Madre de Palhoça e Paulo Lopes - SC: estudo de caso no período de 1950-2010. 2010

10. Juliana Búrigo Sampaio. Atores sociais e participação: o Plano Diretor Participativo de Florianópolis e os distritos do Leste da Ilha. 2011.
11. Senoel Rodrigo da Costa. Plano diretor participativo de Florianópolis: o papel dos estagiários. 2011.
12. Nilo Sérgio Adriano. Quem faz o que? O papel dos atores sociais no Plano Diretor Participativo de Florianópolis: Estudo de caso dos distritos de Rationes e Santo Antônio de Lisboa. 2011.
13. Janea Policarpo. Plano Diretor de Florianópolis: O Papel do Técnico em Urbanismo num processo participativo. 2011.
14. Geisa Silveira da Rocha. Florianópolis e seus dois primeiros planos diretores: discursos e realizações. 2013.
15. Maurício Szarazgat. As dinâmicas das alterações de zoneamento no Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho entre 1985 e 2013. 2014.
16. Jesse Oberon Spatuzzi Felmanas Wigan. Pedágio urbano em Londres: processo, características e limites de uma solução para a (i)mobilidade urbana. 2014.
17. Patrícia de Castilhos. Técnicas de agrupamento para a análise de urbanidade em empreendimentos do programa minha casa minha vida. 2015.
18. Rodrigo Sartori Bogo. Plano diretor participativo, território e inundações em Rio do Sul/SC. 2016.

Embora tenha sido transferido para o departamento de Geociências apenas em 2006, e de meu antigo departamento de ensino não possuir programa de pós-graduação na época, desde outubro de 1999, um mês após a defesa de minha tese de doutorado, tenho ministrado regularmente disciplinas, no campo do planejamento urbano, em vários programas de pós-graduação da UFSC e mesmo fora dela:

- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC: 1999 - atual:**
 - Metodologia do Planejamento Regional e Urbano

- Planejamento Regional e Urbano
- Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional e Urbano:
 - Planejamento Urbano no Brasil e na Europa
 - Métodos e Técnicas de Urbanismo
 - Cidades Contemporâneas
 - Espaço Urbano: objeto multidisciplinar
 - Planejamento Urbano Aplicado
 - Gestão de zonas costeiras: estudo de caso na Espanha e no Brasil
 - A cidade colonial portuguesa na África: o caso de Maputo
 - Fundamentos da participação no planejamento urbano
 - Habitação e Cidade
 - Abordagens participativas de planejamento urbano e o desenvolvimento local
- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da UFSC: 1999 - 2002**
 - Morfologia Urbana
 - Métodos e Técnicas de Urbanismo
- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFSC: 2002 - 2007**
 - Morfologia Urbana
 - Métodos e Técnicas de Urbanismo
- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. 2012 - 2013**
 - Habitação e Cidade
- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade de Estado de Santa Catarina (UDESC). 2015-2017.**

- A Prática em Planejamento Urbano
- **Disciplinas ministradas no Programa de Pós-graduação do Instituto de Urbanismo de Grenoble, França. 2008-2015.**
 - *La Ville latino-américaine*
 - *La participation citoyenne dans la planification*

Como se pode observar pelo título das disciplinas ministradas nesses últimos 18 anos, a temática do planejamento urbano e da cidade está sempre presente. As disciplinas centrais deste conjunto formam a dupla “Metodologia do Planejamento Regional e Urbano” e “Planejamento Regional e Urbano”. Na primeira delas, apresento a história do campo de conhecimento denominado urbanismo, seu pensamento hegemônico no século XX, as características do pensamento funcionalista/modernista, a crítica à forma tecnocrática de elaboração de planos e a superação deste modelo. Na segunda, discuto como este modelo foi superado nos países europeus e como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana apresentou alternativas para sua superação no Brasil; a participação nos processos de planejamento é central nos dois contextos. Também nessa segunda disciplina são apresentados temas do debate contemporâneo do planejamento urbano como Mobilidade Urbana, Habitação Social, Espaços Públicos etc.

As outras disciplinas representam momentos de minha trajetória acadêmica ligadas a pesquisas, projetos de extensão ou mesmo oportunidade de trocas e cooperação com outros pesquisadores. Por exemplo: a temática da habitação social está ligada aos projetos de extensão dedicados à elaboração de planos e políticas municipais de habitação de interesse social, bem como ao projeto de pesquisa sobre a inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (que iremos apresentar em item posterior); as disciplinas “Métodos e Técnicas de Urbanismo” e “Morfologia Urbana” correspondem à demanda específica do programa de pós-graduação em Arquitetura ou de arquitetos e engenheiros que cursavam o programa de pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas; as disciplinas lecionadas no Instituto de Urbanismo de Grenoble igualmente correspondem à demanda daquele programa. Enfim, outras disciplinas estavam ligadas à oportunidade de

contar com pesquisadores de outros países e que mantinham relação de cooperação com o Laboratório que coordeno; é o caso da disciplina “Abordagens participativas de planejamento urbano e o desenvolvimento local”, ministrada em conjunto com a professora Anne Latendresse da Universidade do Quebec de Montreal; da disciplina “A cidade colonial portuguesa na África: o caso de Maputo” ministrada em conjunto com o doutorando (a época) do Instituto de Urbanismo de Grenoble, Teodoro Valles; da disciplina “Planejamento Urbano no Brasil e na Europa” que aproveitou a presença do professor Yves Chalas no seminário homônimo realizado na UFSC, em 2006.

Cabe aqui uma palavra sobre a minha participação em vários programas de pós-graduação diferentes. A Geografia foi o caminho natural após o doutorado; a professora Leila Dias tinha sido minha coorientadora de doutorado e desde então mantenho uma estreita relação de amizade; da mesma forma, os contatos com o professor Ivo Sostizzo aconteciam desde meu mestrado no curso de administração. Ambos foram incentivadores de minha participação no programa de geografia. A participação no programa de pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas foi conjuntural; meu departamento de ensino anterior, Expressão Gráfica, mantinha uma relação muito próxima com este programa e incentivava a participação de seus professores ministrando disciplinas e orientando pesquisas de mestrado e doutorado. No Pós-Arq (Programa de Pós-graduação em Arquitetura) fiz parte do primeiro grupo de professores e da primeira banca de uma dissertação defendida naquele programa. No entanto, o programa da Arquitetura acabou seguindo um caminho com muita ênfase na técnica e com uma abordagem mais ligada à arquitetura que ao urbanismo e decidi me descredenciar do programa. Em 2009, recebi o convite da professora Maria Inês Sugai para integrar um segundo curso de pós-graduação ligado ao departamento de Arquitetura e Urbanismo; tratava-se do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Foram dois anos ministrando disciplinas, participando de bancas e uma dissertação orientada e defendida. Infelizmente, em um processo de reestruturação interna, os dois programas se fundiram num único curso que guarda características mais próximas ao Pós-Arq e decidi não me recredenciar. A partir de 2015, passei a compor, a partir de um convite feito por

um grupo de professores, o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); tal programa apresenta um mestrado profissional e um doutorado, constituindo-se numa experiência enriquecedora graças à convivência com professores daquele programa. Ao assumir a coordenação do programa de Pós-graduação em Geografia em maio de 2017, tive que diminuir um pouco minha atuação junto àquele programa e não me recredenciei, apesar de manter uma orientação de mestrado. A atuação junto ao programa de mestrado e doutorado do Instituto de Urbanismo de Grenoble começou quando de meu pós-doutorado no PACTE, graças a aproximação acolhedora dos professores Emmanuel Mateudi, Magali Laurencin, Jean-Michel Roux e Marcus Zefp; lá, pude ministrar disciplinas em três oportunidades entre 2008, 2010 e 2015 e orientar dois alunos de mestrado, participando ainda de várias bancas de avaliação de trabalhos finais. As disciplinas até aqui ministradas em todos os programas, em seu conjunto, contribuíram largamente para a formação de dezenas de mestres e doutores orientados por mim e por outros professores. Todas as disciplinas apresentaram conteúdos críticos sobre o planejamento urbano, buscando autores que apontassem a superação das desigualdades urbanas e a busca da justiça social.

Desde que defendi meu doutorado orientei 23 dissertações, 08 teses como orientador principal e 02 como coorientador, 02 monografias de especialização, 21 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e 05 trabalhos de Iniciação Científica. Atualmente, oriento 04 teses de doutorado, 04 dissertações de mestrado; dois TCCs e 02 pesquisas de Iniciação Científica. Particpei de 74 bancas de dissertação, 22 bancas de doutorado, 35 de TCC e 65 qualificações de mestrado e doutorado.

As teses, dissertações, TCCs e pesquisas de Iniciação Científica orientadas podem ser divididas em seis temáticas diferentes, mas interligadas:

1) Participação em planos diretores municipais e em gestão municipal: tese de Sílvio Domingues, 2015; dissertações de Alessandra Pinheiro, 2004, Murad Vaz, 2006, Samuel Santos 2008, Deisiane Delfino, 2008, Eduardo Preis,

2012, Luis Felipe Cunha, 2013, Edison Wolff, 2015, Janea Policarpo, 2016 e Juliana Búrigo, 2016; TCCs de Hernann Mondl, 2007, Matheus Grandi, 2007, Thaís Nozaki, 2009, Nilo Adriano, 2011, Senoel Costa, 2011, Janea Policarpo, 2011, Juliana Búrigo, 2011; Iniciação Científica de Juliana Búrigo, 2013 e Matheus Grandi, 2005.

2) Habitação Social: dissertações de Brice Caillibot, 2009, Márcio Marchi, 2015 e Geisa Rocha, 2016; TCC de Patrícia de Castilhos, 2015; iniciação científica de Patrícia de Castilhos, 2013 e Jonatan Sernajotto, 2013.

3) Mobilidade Urbana: Dissertações de Erwin Hetz, 2009 e Roberta Raquel, 2010; TCCs de Roberta Raquel, 2006, André Nunes, 2010 e Jesse Wigan, 2014.

4) Urbanidade: Tese de Murad Vaz, 2015; dissertações de mestrado de Alzira Krebs, 2002, Luciana Budag, 2004, Vanessa Casarin, 2007.

5) Dinâmicas territoriais: teses de doutorado de Noeli Pertile, 2008, André Santos, 2009, Lizandro Pezzi, 2009, Elaine Tomás (coorientação), 2012, Daiane Bertoli⁴⁶ (Coorientação), 2013 e Naum Santana, 2017; dissertações de mestrado Edna Rosa, 2003, Cristiane Rossini, 2005, Rodrigo Medeiros, 2006, Aline Korbes, 2008, Fernando Ribeiro, 2009, Keli Ruas, 2012; TCCs de Douglas Oliveira, 2005, Fernando Ribeiro, 2007, Jaqueline Prudêncio, 2010, Maurício Scarazgat, 2014 e Rodrigo Bogo, 2016.

6) Planos Diretores e Institucionalidade: teses de Paulo Rizzo, 2013 e Samuel Santos⁴⁷, 2015; dissertação de Júlia Ribes, 2008 e Iniciação Científica de Geisa Rocha, 2013.

3.4.4. A Pesquisa

A partir daqui, farei um relato analítico crítico das pesquisas elaboradas após a defesa de minha tese em 1999. Preliminarmente, é preciso dizer que fiz parte de dois Grupos de Pesquisa do CNPq no período, atuando como líder: 1)

⁴⁶ A tese de Daine Bertoli recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese, 2014.

⁴⁷ A tese de Samuel Santos recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de tese 2016.

Grupo de pesquisa Políticas de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, até 2014 e 2) Grupo de Pesquisa Redes e Organização Territorial, que lidero junto com a professora Leila Christina Duarte Dias, em vigor.

As pesquisas desenvolvidas foram:

3.4.4.1. A Urbanidade

Como abordado rapidamente no item 3.3 (O retorno à UFSC: um período de transição) minha primeira pesquisa após meu retorno de Grenoble teve como tema o estudo a urbanidade, pois considerei haver relação estreita entre o zoneamento monofuncional, próprio da prática do urbanismo dito modernista ou funcionalista, e aquilo que chamei de espaços de baixa riqueza urbana, o que depois passei a assumir como baixa urbanidade. A pesquisa foi denominada “Identificação de Indicadores de Urbanidade”⁴⁸ e foi financiada pelo FUNPESQUISA/UFSC. Ela objetivou:

1. Identificar parâmetros de urbanidade a fim de melhor caracterizar espaços de baixa, média e alta riqueza urbana;
2. Contribuir na construção do conceito de urbanidade e
3. Subsidiar o debate visando à mudança dos parâmetros urbanísticos aplicados no planejamento de nossas cidades.

Após uma revisão da literatura⁴⁹ (além daquela realizada por ocasião da elaboração de minha tese) adotei como conceito de urbanidade “*um alto índice*

⁴⁸ PEREIRA, Elson M. Identificação de Indicadores de Urbanidade. Relatório Final de Pesquisa. Florianópolis, exemplar impresso. 2002a.

⁴⁹ Os principais autores pesquisados foram:
JEANTET. Ciudad y Gestion de lãs trnaformaciones sociales. In: UNESCO. Documentos de Debate. N.2. 1994

CAPEL, Horácio. La definicion de ló urbano. Estudios Geográficos, n. 138-139, febreo-mayo, 1975, p.265-301. 1975

GRÖNLUND, Bo. Urban winds. HTTP://hjem.get2net.dk/gronlund/urbanwinds_phd,1999

KOHLSDORF, Maria Helena. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Ed da Universidade de Brasília, 1996.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

de interações sociais num determinado espaço urbano exercido de maneira contínua no tempo ou o máximo de sociedade no mínimo de espaço”. Importante mediação com a cidade latina americana foi feita por Ana Clara Torres Ribeiro⁵⁰ que acrescentou a necessidade da convivência de diferentes classes sociais como exigência para se alcançar a urbanidade.

A discussão sobre urbanidade não pode ser desvinculada da crítica ao urbanismo dito funcionalista ou modernista, hegemônico na maior parte do século XX na cidade ocidental. Mas, “condenar o racionalismo funcional e o urbanismo moderno, apontando suas distorções como causas da destruição da vida urbana, não nos leva muito além de meras constatações. Tampouco restaura uma urbanidade cada vez mais desejada, mais incessantemente apregoada nos meios urbanísticos”⁵¹. Era preciso ir além da crítica e do conceito. Por isto, a pesquisa procurou articular o conceito a indicadores, de forma a melhor reconhecer em espaços públicos formas e estruturas que contribuíssem e testemunhassem a urbanidade, de maneira a reconhecê-la e igualmente de promovê-la.

Para isto, a pesquisa assinalou a importante contribuição de Jacques Lévy⁵², geógrafo, professor de estudos políticos de Paris e da Universidade de Reims, ao diferenciar urbanidade *a priori* da urbanidade *a posteriori* e com isto permitir distinguir condições para se alcançar espaços com urbanidade (necessário para a prática projetual do urbanismo) e parâmetros para se reconhecer espaços ricos em urbanidade, já construídos (essencial para análises da geografia e sociologia urbanas). A urbanidade *a priori* está mais relacionada a aspectos morfológicos e da legislação urbana enquanto que a

PAJONI, Raoul. La question urbaine. Paris : Horizon local, 1997.

CLAVAL, Paul. Les interpretations fonctionnalistes et les interpretations symboliques de la ville. CyberGeo. 1999

PANERAI, Phillippe. O Retorno à Cidade. In: Projeto, abril/94, p.78-82, 1994.

PANERAI et All. Formes Urbaines: de l'ilôt à la barre. Marseille : Paranthèses, 1997

SANZ, Afonso. Mirando la ciudad a la altura del pietón. In: Boletín CF+5. N. 6, julho, 1998.

LÉVY, Jacques. La mesure de l'urbanité. Urbanisme, n. 296, 1997

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades americanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁵⁰ RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanidade e vida metropolitana. Rio de Janeiro: Jobran. 1996.

⁵¹ PEREIRA, 2002^a. Op. Cit. (p.47).

⁵² LÉVY, Jacques. La mesure de l'urbanité. Urbanisme, n. 296, 1997.

urbanidade *a posteriori* está mais relacionada à percepção dos utilizadores dos espaços estudados.

Restava ainda a questão da medição da urbanidade, pois ela se apresenta com feições diferentes para diferentes cidades. O *quantum* e a qualidade da urbanidade que permeia os territórios em mutação nos colocam diante de várias questões. Em 1975, Capel⁵³ havia proposto uma medida da urbanidade com base em índice de urbanidade, que variaria em função do tempo dedicado em cada comunidade às relações sociais.

Mas a medida da urbanidade só foi encontrar um método e princípios de construção de instrumentos de análise destinado a quantificar e qualificar a urbanidade em territórios em mutação com Lévy (1997). Tanto a urbanidade *a priori* como a *a posteriori* apresentariam indicadores para que possamos medi-las. Os principais indicadores apontados por Lévy foram a diversidade de usos do solo urbano, a flexibilidade no uso das edificações, a densidade mínima necessária de pessoas, a continuidade dos caminhos dos pedestres e a proximidade das construções. Esses indicadores foram utilizados em nossa pesquisa numa área exemplo de Florianópolis: o bairro Santa Mônica em Florianópolis⁵⁴. E posteriormente replicados em pelo menos três outras

⁵³ CAPEL, Horácio. La definición de lo urbano. Estudios Geográficos, n. 138-139, febrero-mayo, 1975, p.265-301. 1975.

⁵⁴ PEREIRA, Elson M. Urbanidade e sustentabilidade de espaços públicos. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.

pesquisas de mestrado por mim orientadas⁵⁵ e uma tese de doutorado que não chegou a termo, mas que teve sua qualificação defendida⁵⁶.

Publiquei vários artigos⁵⁷, nesta época, relacionados à crítica ao urbanismo modernista, ainda resultado de minha tese de doutorado, mas também resultado da pesquisa sobre a urbanidade que, como afirmei anteriormente, aponta aquela escola de urbanismo como um forte fator de desconstrução da urbanidade na cidade contemporânea. Três artigos deste período merecem destaque: o artigo “Urbanidade e sustentabilidade de espaços públicos”⁵⁸ apresentado no X Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Belo Horizonte, apresentou a pesquisa realizada; o artigo “A influência de Lúcio Costa no Urbanismo de Florianópolis”⁵⁹, publicado em forma de capítulo de livro por ocasião da celebração do centenário do nascimento de Lúcio Costa, trouxe uma reflexão sobre as transferências e adaptações do pensamento funcionalista/modernista no urbanismo em Florianópolis e o artigo

⁵⁵ Dissertações de mestrado:

KREBES, Alzira. Legislação urbana e (des)construção da urbanidade : uma análise observacional dos efeitos das leis municipais na perspectiva de um técnico. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2002.

BUDAG, Luciana. Vida coletiva e trocas sociais na área central de Blumenau/SC. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2004.

KÖRBES, Aline Schaefer. Os condomínios fechados horizontais de Cacupé no contexto urbano de Florianópolis: os lugares fora do lugar. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia Florianópolis, 2008.

⁵⁶ Alexandre Matiello. A Urbanidade na Espacialização dos Planos Urbanos: Instrumentos para o (re)Desenho da Cidade. 2007. Exame de qualificação (Doutorando em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁷ PEREIRA, Elson M. Desenho Urbanístico Modernista e visão teleológica de história. Anais do III International Congresso on Engineering Graphics for Arts and Technical Drawing. Ouro Preto, UFOP/ABEG, 2000a.

_____. A importação de conceitos modernistas no planejamento urbano de Florianópolis. Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do urbanismo. Natal: 2000b.

_____. Zoneamento Urbano e Habitação de Interesse Social. Anais do Seminário Internacional Gestão da terra urbana e habitação de Interesse Social. Campinas, 2000c.

_____. Leis que desenham a cidade. Anais di IV International Congresso on Engineering Graphics for Arts and Technical Drawing. São Paulo, 2001a.

_____. Construindo a imagem de uma capital. Anais di IV International Congresso on Engineering Graphics for Arts and Technical Drawing. São Paulo, 2001b.

_____. A influência de Lúcio Costa no Urbanismo de Florianópolis. In: NOBRE, Ana Luiza et all. (orgs). Um modo de ser moderno. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002. Pp. 304-307.

_____. Urbanidade e sustentabilidade de espaços públicos. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.

⁵⁸ PEREIRA, 2003, Op. Cit

⁵⁹ PEREIRA, 2002b. Op. Cit.

“Zoneamento Urbano e Habitação de Interesse Social”⁶⁰ publicado nos Anais do Seminário Internacional Gestão da terra urbana e habitação de Interesse Social, realizado em Campinas, quando apresentei reflexão sobre a relação entre zoneamento funcional e ZEIS, cujo debate estava em evidência naquele momento.

3.4.4.2. A Participação como tema de pesquisa

Em 2004, realizei uma pesquisa “Denominada Linguagem, Poder e participação Popular”⁶¹, que versou sobre formas de expressão de comunidades populares em planejamentos urbanos participativos, com a utilização de mapas cognitivos para a identificação de demandas comunitárias. Esta pesquisa está inserida numa caminhada que começara em 2001 com a promulgação da lei 10.257, denominada o Estatuto da Cidade; a referida lei vinha sendo discutida há 13 anos e regulamentava os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Tais artigos por sua vez, compunham o capítulo da Política Urbana brasileira da constituição e foi o resultado de anos de luta do chamado Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que colocava a participação como ferramenta e estratégia de busca de uma maior justiça social, na cidade brasileira. A promulgação da lei foi muito bem recebida pelos atores sociais que depositavam grandes esperanças de uma ação mais efetiva na resolução dos problemas urbanos brasileiros; vários eventos foram organizados pelo país para a divulgação da lei e explicação de seu conteúdo. Em setembro de 2001, fui convidado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e Caixa Econômica Federal como debatedor da Jornada sobre o Estatuto da Cidade, num evento que se realizou em Florianópolis. A temática da participação começava então a fazer parte de minhas preocupações. Entre 2002 e 2003 coordenei os trabalhos de elaboração, de forma participativa, da Política Habitacional de Biguaçu⁶² e em 2005 da Política Habitacional de Palhoça⁶³, ambas já relatadas neste

⁶⁰ PEREIRA, 2000c. Op. Cit.

⁶¹ PEREIRA, Elson M. Denominada Linguagem, Poder e participação Popular Relatório final de pesquisa. Florianópolis: Exemplar impresso, 2004.

⁶² Programa HABITAR BRASIL BID. Política Habitacional de Biguaçu. Biguaçu: exemplar impresso, 2003.

⁶³ Programa HABITAR BRASIL BID. Política Habitacional de Palhoça. Palhoça: exemplar impresso, 2005.

memorial. A partir de março de 2003, comecei a orientar a dissertação de mestrado de Alessandra do Carmo Pinheiro sobre dimensões e indicadores de participação em conselhos municipais de Santa Maria/RS⁶⁴; a dissertação foi defendida em 2005. Também em 2005, participei como delegado de Santa Catarina da 2ª Conferência Nacional das Cidades e a partir de 2006, atuei como representante da UFSC no Núcleo gestor do plano diretor participativo de Florianópolis e assessor no processo de elaboração do plano diretor participativo de Itajaí/SC. Este conjunto de atividades de pesquisa e extensão levou-me a apresentar como tema de estágio pós-doutoral “Planejamento Urbano em transformação: desafios da participação política”, realizado em 2008, no laboratório PACTE, no Instituto de Geografia Alpina, em Grenoble, já relatado no item 3.4.2.

No retorno ao Brasil, em 2009, apresentei projeto de pesquisa no CNPq intitulado “Planejamento Urbano Participativo: novas práticas, novos atores e (re)definição de papéis”, inaugurando minha condição de pesquisador no referido órgão de fomento à pesquisa. A pesquisa foi realizada entre março de 2010 e fevereiro de 2013, e teve como um de suas características principais a criação de uma rede de pesquisadores. O quadro a seguir apresenta o conjunto dos 18 pesquisadores (todos meus orientandos de graduação, PIBIC, mestrado, doutorado ou pós-doutorado) que estudaram os processos de planos diretores participativos dos oito municípios mais populosos de Santa Catarina.

⁶⁴ PINHEIRO, Alessandra do Carmo. Participação Popular e Política Pública Habitacional: Santa Maria/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Atores	Joinville	Florianópolis	Blumenau	São José	Criciúma	Itajaí	Lages	Chapecó	
Poder Público	10	9, 10, 12, 14	10	7, 10	8, 10	10	10	10, 14	
População	13	1, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 14	13	7, 13	8, 13	13	13	13, 14	
Técnicos	11,	3, 6, 9, 11, 12, 13	11	7, 11	8, 11	11	11	11, 14	
LEGENDA									
1	Juliana Bórgo Sampaio					Graduação – PIBIC			
2	Geisa Silveira Rocha					Graduação			
3	Janea Policarpo					Graduação – Trab. Conclusão de Curso			
4	Nilo Sérgio Adriano					Graduação – Trab. Conclusão de Curso			
5	Senoel Rodrigo da Costa					Graduação – Trab. Conclusão de Curso			
6	Luiz Felipe Cunha					Mestrado			
7	Dilton Ferreira Junior					Mestrado			
8	Eduardo Preis					Mestrado			
9	Márcio Marchi					Mestrado			
10	Sílvio Domingos da Silva					Doutorado			
11	Samuel Steiner dos Santos					Doutorado			
12	Kellen Coelho					Doutorado (co-orientação)			
13	Cleide Blatt (parcial)					Doutorado			
14	André Luiz Santos					Pós-doutorado			

Figura 2 Pesquisadores envolvidos na pesquisa

A pesquisa propôs-se a estudar como cada ator social (Poder Público, Sociedade Civil e Técnicos de Urbanismo) se comportou nos processos de elaboração de planos diretores estudados, considerando a passagem de um planejamento de cunho tecnocrático para um planejamento mais horizontalizado e participativo. O quadro, em sua parte superior, apresenta o que cada pesquisador estudou individualmente; por exemplo: o pesquisador 8 estudou, em nível de mestrado⁶⁵, o papel dos três atores na cidade de Criciúma; o pesquisador 10 estudou, em nível de doutorado⁶⁶, o papel do poder público nas oito experiências estudadas. Os dados obtidos por cada pesquisador ou grupo de pesquisadores eram disponibilizados para todos os outros (inclusive entrevistas) através do site do laboratório (<http://labcs.ufsc.br/>) e do armazenamento eletrônico *fourshared* (<http://www.4shared.com>), acessado através de senha. Foram realizadas várias saídas de campo, 31 entrevistas e sete seminários com atores dos processos participativos.

⁶⁵ PREIS, Eduardo. Plano diretor participativo de Criciúma/SC: uma década de indecisão e remendos. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina

⁶⁶ SILVA, Sílvio Domingos Mendes da. Atores do Planejamento Urbano: o papel do poder público nos planos diretores participativos nas principais cidades de Santa Catarina. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina

“A pesquisa nas cidades catarinenses confirmou o fenômeno que ocorre no Brasil, onde os atores sociais tentam superar o modelo de planejamento urbano tecnocrático modernista, por uma nova prática participativa. A pesquisa apontou algumas características dos processos nas cidades catarinenses que confirmam o que vem sendo apontado como hipótese para os processos de planejamento urbano no Brasil de forma geral. A pesquisa apresenta características importantes, como: a relativização do papel do técnico, principalmente do urbanista; o foco do planejamento em planos municipais; o fortalecimento do papel da participação popular; o despreparo de técnicos da administração pública ao lidar com o processo de participação popular; a superação da simples governança urbana, trazendo ao debate, além das forças econômicas que podem viabilizar o atendimento das demandas, também os atores urbanos que ocupam o espaço das cidades e a discussão dos problemas habitacionais, de acesso à terra urbana. Em Santa Catarina a priorização dos problemas recai sobre os conflitos referentes à restrição aos interesses construtivos”⁶⁷.

A pesquisa encontrou importante contribuição em Lígia Lüchmann⁶⁸ que sustenta que, para ocorrer uma participação de qualidade seriam necessárias três condições:

- a. A existência de tradição associativa na sociedade na qual foi desenvolvida a política pública participativa,
- b. A existência de manifesta vontade política dos membros do poder público para a participação;
- c. A existência ou construção de condições institucionais para a participação.

Ao lado dessas três condições, nossa pesquisa nos forneceu elementos que permitem afirmar que, no caso específico do planejamento urbano, uma quarta condição parece também concorrer para uma participação de qualidade em políticas locais de desenvolvimento urbano: **o comprometimento dos técnicos envolvidos com o processo de planejamento com o princípio participativo.** Quando falamos em mudança de um modelo de planejamento tecnocrático e hierárquico para um planejamento mais horizontalizado e

⁶⁷ PEREIRA, Elson M. Relatório final de pesquisa “Planejamento Urbano Participativo: novas práticas, novos atores e (re)definição de papéis”. CNPq, 2013. (P.18)

⁶⁸ LÜCHMANN, Lígia. Possibilidades limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Tese doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Campinas. 2002.

_____. Redesenhando as relações sociedade e Estado: o tripé da democracia deliberativa. Revista Katalysis, v.6, n.2: 165-178, Ed. UFSC (jul-dez). 2003.

participativo, não queremos afirmar que ela acontece de forma linear e sem contradições. No caso do planejamento urbano, há uma tradição forte do funcionalismo e da tecnocracia e a adesão ao modelo democrático não se dá de forma automática. Existem resistências, adesões parciais, dúvidas, medo de perda de poder, desconfiança, críticas aos tempos diferentes dos diversos atores, mas também comprometimento com o processo participativo por parte de alguns técnicos de urbanismo. Essas diferenças de postura frente ao processo participativo levam também a diferenças nos processos participativos, como pudemos verificar na pesquisa realizada⁶⁹.

A pesquisa corroborou que na prática do planejamento urbano no Brasil, a sociedade civil busca superar, não sem dificuldades, o modelo de planejamento urbano tecnocrático modernista. Ela apontou igualmente algumas características importantes, como: a relativização do papel do técnico, principalmente do urbanista; o foco do planejamento em planos municipais; o fortalecimento do papel da participação popular; o despreparo de alguns técnicos da administração pública em lidar com o processo participativo; a centralidade dos problemas habitacionais e do acesso à terra urbana. Em Santa Catarina o debate dos planos diretores recaiu principalmente sobre os conflitos ligados à ocupação do solo urbano, principalmente entre os habitantes que veem a cidade como um espaço de vida cotidiana, e os atores ligados à construção civil⁷⁰. Este último elemento apontou a necessidade de compreensão do Território e das Territorialidades para a compreensão e o desenvolvimento de práticas participativas em políticas públicas urbanas, que foi objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

A pesquisa sobre participação, além do relatório apresentado ao CNPq, resultou em uma série de trabalhos de conclusão de graduação, PIBIC, mestrado e doutorado⁷¹ e artigos científicos⁷², além do livro “A Alegoria da

⁶⁹ PEREIRA, 2013. Op. Cit.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Tese de Sílvio Domingues, 2015 e Samuel Santos, 2015; dissertações de Eduardo Preis, 2012, Luis Felipe Cunha, 2013, Edison Wolff, 2015; TCCs de Nilo Adriano, 2011, Senoel Costa, 2011, Janea Policarpo, 2011, Juliana Búrigo, 2011; Iniciação Científica de Juliana Búrigo, 2013.

⁷² PEREIRA, Elson. M.. Planejamento Urbano no Brasil: (in) definição do papel dos atores e condições para uma participação efetiva. In: Ana Clara Torres Ribeiro; Lilian Fessler Vaz; Maria Lais Pereira da Silva. (Org.). Leituras da cidade. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital : ANPUR, 2012, v. , p. 118-134.

Participação: Planos Diretores participativos pós-Estatuto da Cidade⁷³. O livro foi organizado em forma de coletânea de artigos, mas apresenta uma lógica interna que os integra de forma coerente, divididos em uma parte conceitual e outra empírica, compartilhando de um mesmo referencial teórico. O prefácio do professor do IPPUR Orlando Santos Junior, adjetiva positivamente a organização da obra e destaca:

“Isto por si só, tem uma grande importância, porque reflete um trabalho competente de pesquisa, metodologicamente e teoricamente embasado, resultante de informações e reflexões que permitem a compreensão de processos sociais relevantes relacionados ao planejamento das cidades. De fato, este livro ilustra o potencial das universidades brasileiras para produzir conhecimentos críticos que desvelem as máscaras e fetiches que obscurecem a realidade tal como esta nos parece”⁷⁴.

O planejamento do espaço urbano, através de planos diretores participativos, tem se revelado um desafio complexo, tanto para os agentes envolvidos com a sua construção, como para os que se debruçam em tentar analisá-lo e entender suas características, dinâmica e sentido. A pesquisa que terminamos em 2013 apontou as condições para uma participação efetiva e de qualidade. No entanto, essas condições não estão desvinculadas do território; os diferentes arranjos dos processos e das condições de participação variam conforme as diferenças das formações sociais específicas, dos agentes envolvidos e pela forma como cada uma das condições de participação de planejamento se apresenta. Desta forma, entre março de 2013 e fevereiro de 2016 desenvolvemos a pesquisa “Participação em Políticas Públicas Urbanas: Conflitos, Questões Sócio-Espaciais e Território”, na condição de pesquisador do CNPq.

PEREIRA, Elson. M.; SANTOS, S. S. Plano Diretor de Itajaí: do desenho da participação à participação sem desenho. In: Sandra I. Momm Schult; Cláudia Seibert; Luiz Alberto de Souza. (Org.). Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária. Blumenau: Edifurb, 2010, v. 1, p. 195-204.

⁷³ PEREIRA, Elson (org). A Alegoria da Participação: Planos Diretores participativos pós- Estatuto da Cidade. Florianópolis: Insular, 2015.

⁷⁴ SANTOS JUNIOR, Orlando. In: PEREIRA, 2015. Op. Cit. Prefácio, p. 10.

Essa pesquisa⁷⁵ mostrou que

A incompreensão de muitos dos casos de conflito e interrupções dos processos de planejamento urbano, tanto dos tradicionais, como do planejamento participativo, tem sua ligação na insuficiente análise e importância dada à cidade que já existe e seu potencial de influir sobre o futuro (especificamente o(s) território(s) que a compõe).

A pesquisa partiu da mesma base empírica da pesquisa anterior (principalmente Florianópolis, Blumenau e Joinville). Aprofundou a revisão bibliográfica, sobretudo acerca dos conceitos de Território, Territorialidade e Territorialização⁷⁶ e trouxe importante reflexão para compreender a relação participação e território.

A pesquisa, além de seu relatório final, guardou relação estreita com a orientação de uma tese de doutorado⁷⁷, duas dissertações de mestrado⁷⁸ e um TCC⁷⁹. Um artigo foi publicado na importante Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais⁸⁰.

Em 2016, iniciamos uma terceira pesquisa como pesquisador do CNPq tendo como objeto a participação em políticas públicas urbanas: Condições

⁷⁵ PEREIRA, Elson M. Relatório final de pesquisa “Participação em Políticas Públicas Urbanas: Conflitos, Questões Sócio-Espaciais e Território”. CNPq, 2016.

⁷⁶ HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão : UNIOESTE, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p. 43-70.

_____. HAESBAERT, Rogério. Território, Redes e Aglomerados de Exclusão. In: HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006b. p. 279-315.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Cap. 4, Território e (des)territorialização, p. 77-110.

⁷⁷ Tese de Naum Santana, intitulada A verticalização (quando) possível na cidade de Joinville-SC: A cidade como pode ser, o projeto urbano e a realidade material, 2017.

⁷⁸ Dissertação de Juliana Búrigo Sampaio, intitulada “Disputas Territoriais e processo participativo em Florianópolis”, 2016 e dissertação de Janea Policarpo intitulada “Território e planejamento urbano em Blumenau: a disputa por espaços seguros”, 2016.

⁷⁹ Trabalho de conclusão de curso de Rodrigo Sartori Bogo intitulado “Plano diretor participativo, território e inundações em Rio do Sul/SC”. 2016

⁸⁰ PEREIRA, Elson. M. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 19, p. 235-250, 2017.

Institucionais para participação em Políticas Públicas Urbanas numa perspectiva comparada entre Brasil, França, Portugal e Québec.

As condições e os processos de planejamento urbano em Santa Catarina confluem com a complexidade geral do processo no Brasil descrito em parte por Ribeiro⁸¹; confirmam a ideia do planejamento ser formado por um complexo quadro montado: pela incorporação de novas formações e disciplinas na elaboração do planejamento; pela diversificação de questões teóricas, metodológicas e pedagógicas do planejamento. Essa complexidade e diversidade de territórios e atores impedem uma generalização de metodologias para a implantação de processos participativos em políticas urbanas. Estudando de maneira particular o Desenho Institucional⁸² como variável importante na determinação do sucesso/insucesso dos processos participativos em políticas urbanas, nos deparamos igualmente com um repertório de experiências no Brasil e no exterior. Neste sentido, propomos estudar diferentes desenhos institucionais participativos, em contextos diferentes (Brasil, Portugal, França e Québec), para fazer uma avaliação crítica dos mesmos.

Nossas hipóteses, tal qual verificamos em nossas pesquisas anteriores, são que: 1) a participação pública, em suas diversas formas e diferentes graus, tem sua qualidade aumentada quando condições institucionais adequadas são propiciadas para seu exercício e 2) os diferentes desenhos institucionais são resultado das forças que compõem o território.

A exemplo das experiências anteriores, articulamos a pesquisa com orientações desenvolvidas no programa de pós-graduação em geografia⁸³ e graduação em geografia⁸⁴ A pesquisa já organizou, através do Laboratório

⁸¹ RIBEIRO, Ana Clara Torres. A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In: Sarah Feldman; Ana Fernandes. (Org.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 21-36.

⁸² Uma das condições para uma participação de qualidade apontada na pesquisa desenvolvida entre 2000-2013.

⁸³ Tese em elaboração de Luis Felipe Cunha sobre a experiência Participativa no Quebec e Brasil e dissertação de mestrado de Rodrigo Bogo sobre a experiência participativa em Portugal.

⁸⁴ Pesquisa PIBIC de Rafaela de Oliveira Saldanha e Luca Pilotto Martins De Carvalho sobre Condições institucionais para participação em políticas públicas urbanas numa perspectiva comparada.

Cidade e Sociedade, dois Seminários sobre a temática⁸⁵. A finalização da pesquisa está prevista para 2019.

3.4.4.3. O programa Minha Casa Minha Vida e a urbanidade

Entre os meses de março de 2013 e fevereiro de 2015 coordenamos uma pesquisa financiada pelo MCIDADES/MCTI/CNPq através da chamada pública nº11/2012. Conforme a proposta original, contida no projeto submetido ao referido edital, esta pesquisa esteve inscrita em um esforço de análise qualitativa dos empreendimentos habitacionais de médio e grande porte do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, na área conurbada de Florianópolis, que contempla além da capital do estado de Santa Catarina, os municípios de Biguaçu, Palhoça e São José. Foi a retomada do tema da urbanidade, estudado no início dos anos 2000, aplicado à análise da mais importante experiência de construção de habitações populares do Brasil no século XXI.

É preciso dizer, que esta foi uma pesquisa coletiva, da sua proposta à sua execução⁸⁶. A ideia de submeter dois projetos ao referido edital foi de iniciativa

⁸⁵ 1. “Projeto Rever a Cidade: debates sobre a vida urbana”, promovido em sua segunda edição pelo Laboratório Cidade e Sociedade com a seguinte programação:

- 18/08/2017: O Direito a participação no planejamento urbano em Portugal e a experiência de Lisboa.
- 29/08/2017: Política e Técnica no urbanismo: a participação na França e os institutos de planejamento no Brasil
- 26/09/2017: Inovação institucional na participação em Montreal
- 07/11/2017: Modalidades institucionais de participação

2. Seminário interno sobre Desenho Institucional em planos diretores participativos em Santa Catarina, com a seguinte programa:

- As experiências de Florianópolis e Lages
- As experiências de São José e Joinville
- As experiências de Blumenau, Chapecó e Itajaí.

dos orientandos que trabalhavam no laboratório em 2012. A execução da proposta aprovada, denominada “Indicadores de urbanidade como parâmetro de aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida”, foi igualmente abraçada pelos orientandos, graças a um número expressivo de bolsas fornecidas pelo projeto.

Segundo o relatório final da pesquisa

“A análise buscou tornar operacional o conceito de Urbanidade, a partir da construção de um método pautado em dez diferentes indicadores. Estes indicadores tinham o objetivo de avaliar os principais atributos espaciais dos empreendimentos construídos na área conurbada de Florianópolis. A partir da análise empírica, procurou-se verificar a forma como estes empreendimentos se articulam à cidade existente, seja potencializando novas dinâmicas urbanas e sinergias - qualificando o ambiente vivido (através da oferta de melhores condições para a integração social, segurança, diversidade de usos, acessibilidade) - seja incentivando um processo de degradação deste ambiente através da intensificação das dinâmicas de segregação socioespacial, de desvalorização dos espaços públicos, etc.

O objetivo final foi de, a partir da análise dos atributos espaciais positivos e negativos dos empreendimentos, oferecer um conjunto de indicadores que colaborassem na análise crítica dos aspectos de desenho urbanístico e arquitetônico dos projetos habitacionais, possibilitando uma melhor percepção dos impactos urbanos e

⁸⁶ Pesquisadores envolvidos:

- André Luis Santos, Geógrafo e Doutor em Geografia/UFSC
- Elaine Dorighello Tomás, Arquiteta-Urbanista e Doutora em Geografia/UFSC
- Silvio Domingos Mendes da Silva, Geógrafo e Doutor em Geografia/UFSC
- Luís Felipe Cunha, Geógrafo e Doutorando em Geografia/UFSC
- Margaux Hildebrandt Veras, Arquiteta-urbanista, Doutoranda em Geografia/UFSC
- Samuel Steiner dos Santos, Arquiteto-Urbanista e Doutorando em Geografia/UFSC
- Silvio Marcio Montenegro Machado, Geógrafo e mestrando em Geografia/UFSC
- Márcio Marchi, Geógrafo e mestre em Geografia/UFSC
- Edson Ávila Wolff, Advogado e mestre em Arquitetura e Urbanismo/UFSC
- Geisa Silveira da Rocha, Geógrafa e Mestranda em Geografia/UFSC
- Juliana Búrigo Sampaio, Geógrafa e Mestranda em Geografia/UFSC
- Livia de Seixas Torres Corigliano. Geógrafa e Mestranda em Geografia/UFSC
- Juliano Avelino da Silva, Geógrafo pela UFSC
- Caio Nogueiro, Graduando em Geografia/UFSC
- Joana Wosgrau Câmara, Graduanda em Geografia/UFSC
- Jonatan Sernajotto Urbano de Moraes, Graduando em Geografia/UFSC
- Patrícia de Castilhos, Graduanda em Geografia/UFSC
- Ralf de Sousa Guth, Graduando em Geografia/UFSC
- Ricardo Condeixa Vidigal Pontes, Graduando em Geografia/UFSC • Ralf

*sociais por eles gerados e colaborando no aperfeiçoamento das ações resultantes do PMCMV.*⁸⁷

O relatório final de mais de 500 páginas apontou avanços em dois aspectos investigativos importantes: o desenvolvimento de um método de medição de urbanidade, paramétrico, que procurou ser o mais universal possível e a análise empírica de empreendimentos de habitações populares, na sua inserção urbana.

Por ser uma pesquisa aplicada, o relatório indicou oito diretrizes gerais para novas edições do programa, algumas delas assumidas pelo Ministério das Cidades⁸⁸ e igualmente várias diretrizes de ordem urbanísticas que diziam

⁸⁷ PEREIRA, Elson M. Relatório final de pesquisa “Indicadores de urbanidade como parâmetro de aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida”. CNPq, 2015. P.2.

⁸⁸ DIRETRIZES GERAIS:

1. A necessária vinculação das ações de financiamento habitacional as políticas urbanas nacionais e locais, as instâncias do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e as resoluções e normas do Conselho das Cidades e do Estatuto da Cidade;
2. Que esta política pública habitacional em nível local seja capaz de impor condicionantes à ação dos diversos agentes – públicos e privados – atuantes no mercado imobiliário;
3. Que os empreendimentos financiados com recursos públicos sejam construídos em áreas integradas à tessitura urbana e que possam ser fontes de sinergias positivas, integradoras do espaço urbano, ao contrário do que ocorre atualmente;
4. Que estes empreendimentos sejam inseridos em áreas com um desempenho urbano mínimo, onde existam densidades mínimas, coeficientes básicos de disponibilidade e acessibilidade à infraestrutura urbana, o mesmo vale para os equipamentos coletivos, espaços públicos e estruturas de mobilidade. Tais parâmetros devem ser estipulados em nível local, de acordo com a realidade de cada aglomerado urbano (município ou área conturbada);
5. Que sejam realizados estudos de viabilidade, nos quais se verifique além das adequações de infraestrutura e de condicionantes ambientais, o estudo sobre as densidades demográficas existentes, a existência de conectividade e continuidade do tecido urbano, as modalidades de parcelamento do solo, disponibilidade e distribuição de espaços públicos e equipamentos de lazer, a disponibilidade e distribuição de usos, comerciais, de serviços públicos, de trabalho e de lazer, obedecendo a um mínimo estipulado para tais coeficientes;
6. Evitar soluções urbanísticas pautadas na figura do condomínio fechado e na monofuncionalidade, possibilitando maior integração dos empreendimentos habitacionais ao entorno imediato e à cidade: conectividade e continuidade do tecido urbano; possibilidade de integração de usos e de atividades complementares à moradia; maior permeabilidade entre espaços sejam eles públicos e privados; combate à homogeneidade da paisagem;
7. Evitar grandes conjuntos e incentivar pequenos agrupamentos diluídos no tecido urbano, sobretudo nos vazios existentes, mesmo na periferia; contribuir para a formação de tipologias arquitetônicas que colaborem na conformação de espaços públicos mais dinâmicos, desviar da monofuncionalidade - evitando agrupamentos excessivamente extensos de

respeito à densidade populacional dos empreendimentos, à articulação urbana dos empreendimentos, à mobilidade urbana das populações dos empreendimentos, aos espaços públicos, aos equipamentos públicos necessários e à diversidade de uso do solo dos empreendimentos e de seu entorno.

A pesquisa, além do relatório final, guardou relação estreita com duas dissertações de mestrado⁸⁹, duas pesquisas de PIBCs⁹⁰ e um TCC⁹¹.

Esses três temas de pesquisa aqui apresentados possuem uma referência bibliográfica em comum relacionada ao conceito de Direito à Cidade; o conceito idealizado por Lefebvre permeia as reflexões sobre urbanidade, sobre a participação e sobre a Habitação Social e as relações desses temas com outros problemas urbanos correlatos, como problemas relacionados à mobilidade⁹² ou à violência urbana⁹³. Também o tema da Reforma Urbana, incluindo o Estatuto da Cidade, permeia esses estudos e igualmente resultaram em artigos científicos⁹⁴.

3.4.5. A Extensão

Muitas das atividades de extensão estão descritas em outras partes do memorial de maneira mais detalhada e serão aqui apenas citadas; as demais descreveremos aqui com mais detalhes.

-
- edificações e unidades habitacionais; permitir maior permeabilidade entre espaço público e privado, evitando longos trechos com muros altos e opacos; e
8. Procurar soluções urbanísticas e arquitetônicas que busquem maior adequação à topografia do terreno, mas também ao entorno construído (evitando abruptas modificações da paisagem), valorização as condicionantes climáticas (ventilação, insolação, etc.); maior permeabilidade do solo e valorização dos elementos naturais (vegetação, cursos d'água, etc.) (PEREIRA, 2015. Op. Cit. P.454-5

⁸⁹ Márcio Marchi, 2015 e Geisa Rocha, 2016;.

⁹⁰ Pesquisa de iniciação científica de Patrícia de Castilhos, 2013 e Jonatan Sernajotto, 2013

⁹¹ Trabalho de conclusão de curso de Patrícia de Castilhos, 2015;

⁹² PEREIRA, Elson M. Cidade, urbanismo e mobilidade urbana. Geosul, v. 29, p. 73, 2015.

⁹³ PEREIRA, Elson. M.. Direito à Cidade e violência no Brasil: Considerações Reflexivas. Encontros Teológicos, v. 32, p. 469, 2017.

⁹⁴ PEREIRA, Elson. M.. O ideário da reforma urbana e as políticas públicas urbanas no Brasil: distância ou antagonismo?. In: Tamara Tania Cohen Egler. (Org.). Reinvenção da Democracia na América Latina. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 129-134

A extensão universitária esteve presente em minha vida acadêmica desde os primeiros anos de UFSC. Vou dividir as atividades de extensão, para fins deste memorial, em cinco grandes blocos:

1) A extensão ligada às políticas públicas urbanas

Já relatei no item 3.3 as experiências de elaboração das Políticas de Habitação Social para os municípios de Biguaçu e Palhoça, realizadas nos anos de 2003 e 2006 respectivamente. Ambas foram elaboradas no âmbito do programa Habitar-Brasil-BID. Ainda sob o mesmo programa, desenvolvi uma assessoria junto à Prefeitura Municipal de Itajaí entre 2004 e 2005, e novamente em 2007. No âmbito da assessoria realizada junto a Prefeitura Municipal de Itajaí, além do acompanhamento do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos – PEMAS, elaborei a metodologia para a revisão do plano diretor daquele município. Sob outra política pública federal e sob um novo olhar sobre a habitação social, desenvolvi dois Planos Locais de Habitação de Interesse Social: em 2007 para o município de Jaraguá do Sul e em 2011 para o município de Bombinhas. Ambos envolveram os alunos que faziam parte do laboratório Cidade e Sociedade, embora o segundo tenha envolvido uma maior quantidade e tenha se constituído num verdadeiro laboratório de desenvolvimento de uma política pública participativa sob a visão crítica defendida pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana⁹⁵.

2) A extensão ligada à representação.

Duas representações foram momentos importantes na ligação entre a universidade e comunidade externa. Entre 2006 e 2007, representei a UFSC no chamado Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Iniciada em agosto de 2006, a revisão do plano diretor de Florianópolis foi permeado de disputas e conflitos; embora a representação da UFSC no grupo responsável pela gestão política do processo participativo tenha sido consensual, a escolha de seu representante foi alvo de longa discussão que envolveu a comunidade universitária. Depois de pelo menos cinco meses de debate interno, meu nome

⁹⁵ PEREIRA, Elson M. Relatório final do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Bombinhas. 2011.

foi ratificado pelo conjunto de atores da comunidade universitária, interessados no debate sobre o plano diretor municipal e a direção da universidade. Na representação não restringi minha atuação à participação das reuniões do Núcleo Gestor, mas, coordenando um ativo grupo de professores, alunos e técnicos administrativos da UFSC, realizei reuniões e seminários internos para discussão dos problemas urbanos de Florianópolis. A representação foi exercida até minha saída para o exterior para o estágio pós-doutoral, em 2008.

Entre 2011 e 2013 e entre 2014 e 2016 fui conselheiro do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, como representante da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, que por sua vez, representava o conjunto das entidades acadêmicas no Conselho. O Conselho Gestor do FNHIS é um dos mais importantes fóruns de discussão sobre a política habitacional brasileira e central na institucionalização da participação da sociedade na definição dos recursos para fins habitacionais; teve papel importante ao vincular a transferência de recursos federais para os municípios a uma institucionalização da Política Habitacional em nível municipal, através da elaboração de seus planos locais de habitação, da criação de seus fundos municipais e da implantação de seus conselhos participativos. A representação da ANPUR teve papel de defesa dos princípios da Reforma Urbana na condução da Política Habitacional brasileira.

3) A organização de eventos científicos

Nesses 25 anos de universidade, estive a frente da organização de um número significativo de eventos científicos. O primeiro deles, em 2006, foi o Seminário internacional “Planejamento no Brasil e na Europa: um diálogo ainda possível?”, já descrito de maneira detalhada no item 3.4.1.

Ainda em 2006, organizamos dois seminários internos na UFSC visando debater com a comunidade interna na UFSC questões relacionadas ao Plano Diretor Participativo de Florianópolis: I e II Jornadas Universitárias: a UFSC e o Plano Diretor de Florianópolis, descritas no item 3.4.1.

No ano seguinte, compusemos a equipe de organização do X SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, igualmente descrito no item 3.4.1.

Em 2009, compus a coordenação do XIII Encontro Nacional da ANPUR - ENANPUR, em Florianópolis com Leila Christina Duarte Dias, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maria Inês Sugai, na época credenciada ao Programa de Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Ilse Scherrer-Warren e Tamara Benakouche, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. O tema central do encontro “Planejamento e Gestão do Território – escalas, conflitos e incertezas” e o conjunto de sessões temáticas⁹⁶ indicam a diversidade e a riqueza do principal encontro na área da pesquisa e do planejamento urbano do país. Foram mais de 1000 inscritos no encontro que se realizou entre 25 e 29 de maio de 2009, em Florianópolis.

Em 2011, em meio a minha pesquisa sobre a participação em planos diretores em Santa Catarina, organizei uma série de seminários abertos à comunidade para discutir experiências locais:

1. Seminário: Planos Diretores Participativos de Santa Catarina: o caso de Florianópolis, em 14/06/2011;
2. Seminário: Planos Diretores Participativos de Santa Catarina: o caso de Joinville, em 28/06/2011
3. Seminário: Planos Diretores Participativos de Santa Catarina: o caso de Criciúma, em 10/10/2011;

⁹⁶ ST1. Políticas públicas e planejamento urbano e regional: atores, conflitos e tendências

ST2. Gestão do território: práticas e possibilidades da política

ST3. Espaços, redes e escalas

ST4. Ambiente e sociedade: dilemas, tensões e incertezas

ST5. Urbanismo, urbanização e planejamento na História

ST6. Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos

ST7. Território, cultura e identidades

ST8. Novas linguagens e tecnologias: desafios para o ensino e a pesquisa urbana e regional

4. Seminário: Planos Diretores Participativos de Santa Catarina: o caso de São José, em 07/12/2011.

Em 2013, estive à frente da organização do Seminário internacional Brasil-Québec, que será descrito em detalhes no item 3.4.8.

Nos últimos dois anos, buscando fomentar o debate sobre a questão urbana em Florianópolis, organizei, através do Laboratório Cidade e Sociedade, o projeto “Rever a Cidade: debates sobre a vida urbana”. O primeiro deles foi realizado em 2016, com temas gerais sobre a cidade e o urbano⁹⁷ e o segundo deles em 2017, versando sobre Condições Institucionais para a participação em diferentes contextos mundiais⁹⁸.

⁹⁷ **Projeto Rever a Cidade 2016**

15 de Setembro - Barcelona pré Modelo Barcelona

Apresentação: Arq. Dr. Gustavo Andrade Introdução Arq. Dra. Elaine Tomás

20 de outubro - Programa Minha Casa Minha Vida: O que estamos construindo?

Apresentação: Arq. Prof. Samuel Steiner dos Santos

Participação: Acadêmicos Caio Nogueira e Patrícia de Castilhos

1 de novembro - A Cidade do Direito à Cidade

Apresentação: Professor Elson Manoel Pereira

⁹⁸ **Projeto Rever a Cidade 2017:**

Dia 18 de agosto: O direito a participação cidadã no planejamento urbano em Portugal e a experiência de Lisboa

Apresentadora: Dra. Sheila Holz

Coordenador: Dr. Elson Manoel Pereira

Debatedor: Dr. Gustavo Andrade

Dia 29 de agosto: Política e Técnica no Urbanismo: a participação na França e os institutos de planejamento no Brasil

Apresentações: Dr. Sílvio Mendes da Silva e Dr. Samuel Steiner dos Santos

Coordenadora: MSc. Roberta Raquel

Dia 26 de setembro: Inovação institucional na participação em Montreal

Apresentador: MSc. Luis Felipe Cunha

Coordenadora: Ora. Maria Helena Lenzi

Debatedor: Dr. Samuel Steiner dos Santos

Dia 07 de novembro: Modalidades institucionais de participação

Apresentadora: Dra. Lígia Luchmann

Coordenador: Dr. Elson Manoel Pereira

Debatedor: MSc Afrânio Boppré

1) Ensino e avaliações

Várias atividades ligadas ao ensino fora da UFSC foram desenvolvidas ao longo dos anos entre palestras, seminários e cursos. Um conjunto delas merece destaque por seu caráter contínuo: as atividades feitas com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Elas acontecem desde 2009 e versam principalmente sobre o conteúdo de Políticas Públicas, sobretudo urbanas⁹⁹.

Como parecerista Ad-hoc, exarei uma série de pareceres para órgãos fomentadores de pesquisa como CAPES, CNPq e FAPESP e para diversas revistas como Geosul, Coleção Scielo, Revista Geográfica Ensino e Pesquisa da UFSM e Revista Metrópole. Em 2013, compus o corpo de pesquisadores que avaliou os programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil.

2) Direção da ANPUR

O final do XIII ENANPUR marcou o início da gestão da nova diretoria da ANPUR, para o biênio 2009-2011. Ocupei o cargo de Secretário Executivo da associação ao lado da professora Leila Christina Duarte Dias no cargo de Presidente, Maria Inês Sugai (UFSC) como Secretária Adjunta, Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Lucia Cony Faria Cidade (UnB), Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (USP), e Silvio José de Lima Figueiredo (UFPA).

Além das atividades próprias de uma associação deste caráter e porte, que foi chamada a se posicionar politicamente em nível nacional e cooperar internacionalmente com entidades pares de outros países, merecem destaque

⁹⁹ Seminário de Políticas Públicas em Xanxerê/SC, 2009.
Seminário de Políticas Públicas em Araranguá/SC, 2010.
Curso sobre o Estatuto as Cidade, em Florianópolis/SC, 2011.
Disciplina sobre Políticas Públicas no curso de especialização da Escola do Legislativo, em Florianópolis, 2011.
Palestra sobre Direitos Sociais em Políticas publicas: o Direito à Cidade, em Florianópolis/SC, 2011.
Curso sobre políticas públicas no curso de Especialização da Escola do Legislativo, em Araranguá/SC, 2014.
Curso de Formação Política "Para Futuros Vereadores", em Guaramirim/SC, 2015.
Palestra Políticas Públicas e Participação: limites e possibilidades, em Florianópolis, 2017.
Debate Contemporâneo - Políticas Públicas Habitacionais: Experiências do Brasil e da Índia, em Florianópolis, 2017.

a organização da quinta edição do Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa, realizado em Florianópolis, em 2010; a publicação de cinco números da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e a publicação, em coedição com a EDUFBA, de dois livros – Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade, da autoria de Silvana Lamenha Lins Olivieri, ganhador do VI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” na categoria Dissertação de Mestrado; e (Re)descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional, da autoria de José Clewton do Nascimento, ganhador do VI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” na categoria Tese de Doutorado.

3.4.6. A administração universitária

Desde meu retorno do doutorado, em 1999, tenho assumido com regularidade funções administrativas no âmbito da universidade. No segundo semestre de 1999 comecei a coordenar o Laboratório de CAD do departamento de Expressão Gráfica; em agosto de 2000 comecei a coordenar as pesquisas do departamento e Expressão Gráfica continuando a organizada coordenação do professor Gilson Braviano; entre junho de 2002 e junho de 2003, fui chefe de Departamento, cargo que deixei para ser vice-diretor do Centro de Comunicação e Expressão, onde permaneci até dezembro de 2014. Neste mandato, foi importante o papel da direção do Centro para a implantação do Curso de Cinema da UFSC, principalmente a defesa oral que fiz no recurso ao Conselho Universitário que havia emitido parecer contrário à implantação do mesmo por não compreender o caráter de sua proposta que previa um curso de crítica e roteiro de cinema e não de produção, como haviam entendido os pareceristas.

Entre novembro de 2002 e maio de 2004, tive a primeira experiência de representação política na UFSC, exercendo o cargo de Conselheiro no Conselho Universitário como representante do Centro de Comunicação e Expressão. Destaco que, no período, fui relator do processo da Estatuinte da UFSC.

Ao me transferir para o Departamento de Geociências, continuei exercendo funções ligadas à administração; com seis meses de departamento, assumi a vice-coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia, permanecendo por dois mandatos, entre julho de 2005 a junho de 2009, sob a coordenação do professor Carlos José Espíndola. Com a criação do Laboratório de Planejamento Urbano “Cidade e Sociedade”, em fevereiro de 2009, passei a exercer o cargo de coordenador do mesmo até a presente data.

No período de abril de 2010 a dezembro de 2011, passei a compor o Conselho de Curadores da UFSC, como conselheiro representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas; em 27/06/2010 assumi a presidência desse conselho, exercendo-a até o final de meu mandato com conselheiro.

Entre 15/05/2011 a 31/12/2011 exerci o cargo de presidente do subcomitê de Uso e Ocupação do Solo e coordenador do Plano diretor do campus da UFSC. Esta experiência se constituiu em um exercício ímpar de função administrativa aliada à prática profissional. Após uma demanda emergencial feita à universidade, onde o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis solicitou alguns parâmetros urbanísticos para poder licenciar as obras no Campus Universitário da Trindade, a UFSC iniciou um processo de planejamento territorial. Convidado para coordenar a elaboração do plano diretor do campus universitário, tive a oportunidade para desenvolver um processo participativo envolvendo a comunidade universitária e extra-universitária. No primeiro texto elaborado para dar publicidade ao processo, podemos ler:

A UFSC tem sido, ao longo dos últimos anos, convidada a integrar muitos processos participativos nas mais diversas áreas da sociedade, como educação, saúde, meio ambiente etc. No próprio processo de revisão do plano diretor de Florianópolis iniciado em 2006, sua participação tem sido significativa. Assim, um processo participativo para construção de seu plano diretor seria o esperado pela sociedade civil¹⁰⁰.

¹⁰⁰ UFSC. Manifesto de lançamento do Plano Diretor Participativo da UFSC. 2011.

Propusemos um Desenho Institucional que procurava aliar a expertise presente no quadro da UFSC (Conjunto de subcomitês temáticos¹⁰¹) e a abertura para a participação comunitária através de Conselho Representativo¹⁰². Importante ressaltar o papel do Conselho que, entre outras atribuições, deveria:

“Garantir que as demandas das comunidades interna e externa da UFSC sejam consideradas no Plano Diretor Participativo da UFSC; sugerir medidas que possam contribuir para a elaboração do Plano Diretor da UFSC e tornar públicas as diferentes demandas, aspirações e conflitos da comunidade em relação ao PDP da UFSC”¹⁰³

O processo após um ano de trabalho intenso de todos os subcomitês, produziu uma grande quantidade de informações sistematizadas que deveriam embasar diretrizes e ferramentas de planejamento para o campus universitário da Trindade. Infelizmente, o processo foi interrompido em maio de 2012 e até a data deste memorial não foi retomado.

Finalmente, a partir de maio de 2017, passei a exercer o cargo de coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia; este período de coordenação foi denso de atividades importantes para o programa com destaque para a aprovação do novo regimento do curso e o recredenciamento dos professores.

Esse conjunto de funções administrativas exercidas ao longo desses 25 anos de UFSC testemunham que, ao lado das pesquisas, das atividades de ensino e extensão, dediquei-me igualmente para o bom funcionamento institucional da universidade.

¹⁰¹ Subcomitês de Mobilidade, de acessibilidade, de Segurança e Integração, de Infraestrutura de Suprimentos e Descarte e Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia.

¹⁰² O Conselho Representativo tinha a seguinte composição:

- 1 representante de cada subcomitê
- 1 representante da Secretaria de Planejamento da UFSC
- 1 representante do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia
- 4 Representantes externos à UFSC
- 1 Representante do conjunto dos professores
- 1 Representante do conjunto dos técnico-administrativos
- 1 Representante do conjunto dos alunos

¹⁰³ UFSC. Regimento Interno do Conselho de Representantes do Plano Diretor Participativo da UFSC. 2011.

3.4.7. A Cooperação com a UQAM

Além da já mencionada parceria com o Instituto de Urbanismo de Grenoble, a experiência de cooperação com a Universidade do Québec de Montreal – UQAM precisa ser apresentada pelas ricas trocas acadêmicas que proporcionou.

No primeiro semestre de 2010, o professor Paulo Freire Vieira (Departamento de Sociologia da UFSC) fez o convite a professora Leila Dias (Departamento de Geociências) e a mim para recepcionarmos em Florianópolis um grupo de estudantes de Geografia da Universidade de Montreal. Os estudantes estavam cursando uma disciplina ministrada pelas professoras Anne Latendresse e Catherine Trudelle, do departamento de Geografia da UQAM.

Após uma preparação que durou alguns meses, com vários encontros por vídeo conferência, a visita a Florianópolis aconteceu entre os dias 11 e 20 de agosto com saídas de campo que envolviam aspectos da geografia física, com a participação do professor Joel Pelerin (*in memoriam*) do departamento de Geociências, e geografia urbana, com ênfase em planejamento urbano, por mim coordenada. Iniciava-se um processo de cooperação que perdura até os dias de hoje.

No primeiro semestre de 2011, a professora Anne Latendresse convidou-me para uma visita à sua universidade onde coordenava o Centre d'Études et de Recherches sur le Brésil (CERB). Na visita, pude conhecer o centro de estudos, participar do Colóquio Internacional do CRISES (Centro de pesquisa sobre Inovações Sociais) que contou com a conferência de abertura de Saskia Sassen (Columbia University), compor uma mesa denominada *Le gouvernement Lula et la ville au Brésil : bilan et perspectives* com a professora Anne Latendresse e o professor Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), onde proferi uma palestra denominada *Le gouvernement Lula et la ville au Brésil : bilan et perspectives*. Pude ainda encontrar uma série de lideranças comunitárias ligadas a movimentos participativos relacionados à questão urbana com destaque para o encontro com Dimitri Roussopoulos, presidente do *Chantier*

Démocratie de la Ville de Montréal e um dos atores sociais envolvidos com a construção da *Charte montréalaise des droits et des responsabilités* e a visita ao bairro Pointe Saint-Charles, conhecido por ser uma espécie de laboratório de experiências de autogestão e de controle pelos cidadãos. A visita ao CERB e à UQAM possibilitou também a discussão de uma atuação conjunta do centro de estudos coordenado pela professora Anne e o Programa de Pós-Graduação em Geografia. A primeira ação acordada foi a apresentação de candidaturas de alunos da pós-graduação em Geografia à chamada de bolsas canadenses do *Programme des futurs leaders dans les Amériques*.

Três alunos¹⁰⁴ apresentaram propostas de um estágio de seis meses na UQAM, financiados pelo governo canadense através do programa citado. Dois deles eram meus orientandos e a professora Anne Latendresse convidou-me para, no mesmo período do estágio, ministrar, como professor convidado, uma disciplina no curso de geografia de sua universidade.

Os três candidatos foram selecionados e fizeram seus estágios entre janeiro e julho de 2012. Eu permaneci em Montreal entre janeiro e maio e ministrei, em conjunto com a professora Anne, a disciplina Geografia Social para os graduandos de Geografia. Foram quatro meses de riquíssimas trocas e participação muito efetiva no CERB, em seminários e orientações aos estudantes brasileiros que lá se encontravam. Ao final do período, ficou acordado a organização de um evento em Florianópolis no ano seguinte com o objetivo de aproximar temáticas de ação conjunta entre as duas universidades.

Em 2013, organizamos então, com grande participação dos alunos ligados ao Laboratório Cidade e Sociedade e com a parceria da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), o encontro bilíngue “Brasil-Québec: Cooperação Científica Brasil-Québec: territórios e fronteiras como lugares de trocas, de diálogos de inovação e de

¹⁰⁴ Luis Felipe Cunha, meu orientando de mestrado, apresentou projeto relacionado ao seu projeto de pesquisa e propôs-se a estudar comparativamente Florianópolis e Montreal em suas dinâmicas sociais em práticas participativas na organização do espaço urbano.
Samuel Steiner dos Santos, meu orientando de doutorado, apresentou projeto relacionado à sua tese de doutorado sobre o papel dos técnicos em urbanismo no planejamento urbano participativo.
Stella Maris Meira da Veiga Pereira, orientanda da professora Leila Christina Duarte Dias, apresentou projeto que previa estudar a experiência bilíngue em territórios de fronteira.

criação”. O encontro aconteceu entre os dias 22 e 24 de abril, nas instalações da ALESC e contou com a participação de uma numerosa delegação da UQAM¹⁰⁵ e de pesquisadores brasileiros de diversas áreas do conhecimento e diversas universidades¹⁰⁶, com sete mesas temáticas: Territórios em diálogo: Experiências de Cooperação Internacional; Planejamento Urbano e Territorialidade(s); Fronteira, Território e Identidade; Literatura, Territórios e Identidades; Desenvolvimento humano e ambiente urbano; Teatro e Sociedade e Grandes eventos esportivos. Além de presidente do evento, coordenei a mesa sobre experiências de cooperação internacional e participei da mesa Planejamento urbano e territorialidade.

Ressalta-se a grande importância que a universidade de Montreal concedeu ao evento, enviando como sua representante oficial a diretora da Faculdade de Ciências Humanas da UQAM, Anne Rochette, que concedeu à UFSC, duas bolsas para alunos de graduação fazerem estágio na universidade canadense.

No segundo semestre de 2013, mais uma vez fui convidado para ir a Montreal, desta vez para fazer parte do evento “*Université populaire*” organizada pela revista “*Nouveaux Cahiers du socialisme (NCS)*”; neste evento, participei de duas mesas redondas como palestrante: “*Pouvoir et contre-pouvoir citoyen. Quelle ville voulons-nous ?*” e “*Gouvernance néolibérale et évacuation du politique*”¹⁰⁷. O Centro de Estudos sobre o Brasil (CERB), aproveitou a ocasião e organizou uma conferência que contou com a minha participação e de um vereador de Florianópolis¹⁰⁸ que participava do encontro. A conferência aconteceu no dia 20 de agosto nas instalações da UQAM e teve

¹⁰⁵ Anne Rochette, Anne Latendresse, Dorval Brunelle, Sylvain St-Amand, Ricardo Tranjan, Jérôme Laurent, Dr Marc Charron (Universidade de Ottawa), Pierre Mathieu Le Bel, Lucie Sauvé (video-conferência), Marc Bigras, Carole Marceau, Chantale Lepage, Pierre Mathieu Lebel.

¹⁰⁶ Elson Manoel Pereira (UFSC), Paulo Pinheiro Machado (UFSC), Maria Inês Sugai (UFSC), Leila Christina Dias (UFSC), Maristela Ferrari (UFSC), Stella Maris da Veiga Pereira (UFSC), Gislene Santos (UFPR), Luciana Rassier (UFSC - Universidades de Rennes e La Rochelle), Magali Sperling (UFSC), Maria Aparecida Crepaldi (UFSC), Maria-Luiza Schwarz (Universidade Federal de Campina Grande), Paulo Rizzo (UFSC), Fernanda Sanchez (UFF).

¹⁰⁷ Tive uma de minhas apresentações publicada em forma de artigo no número especial da revista “*Nouveaux Cahiers du Socialisme*”, com o tema “*Occupons la ville!*”, que publicou as principais intervenções do evento: PEREIRA, Elson M. e PEREIRA, Stella Maris. Une ville, une élection, deux visions. In: *Nouveaux Cahiers du Socialisme. Dossier Occupons la ville*. Montreal, n.10, 2013.

¹⁰⁸ Vereador Afrânio Boppré.

como título *“Le rôle des municipalités sur les enjeux socioenvironnementaux à partir du contexte brésilien et en particulier de celui de Florianópolis”*.

Além dessas atividades descritas, duas estudantes quebequenses fizeram um estágio de seis meses no Brasil, no Laboratório Cidade e Sociedade do departamento de Geociências em 2013 e um doutorando do Programa de Pós-graduação da UFSC, por mim orientado, fez estágio sanduiche em Montreal em 2017, sob a tutela da professora Anne Latendresse. Os três estudantes pesquisaram temas ligados ao planejamento urbano e à participação.

3.4.8. A Cátedra CAPES/COIMBRA

Em julho de 2014 a CAPES, através de edital¹⁰⁹, tornou pública a seleção de bolsista para a Cátedra CAPES/CES Universidade de Coimbra. Segundo o edital, a Cátedra objetivava:

- i. aprofundar a cooperação acadêmica e o desenvolvimento da ciência e tecnologia entre instituições de ensino superior e centros de ciência e tecnologia no Brasil e em Portugal;
- ii. aprofundar a cooperação entre pesquisadores e educadores de instituições de pesquisa e ensino superior no Brasil e seus pares do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- iii. destacar, nos meios universitário e de pesquisa portugueses, o desempenho de notáveis cientistas brasileiros no âmbito das ciências sociais e humanas;
- iv. destacar o compromisso em promover o mais alto nível de aproximação, diálogo e aprofundamento no conhecimento mútuo das respectivas culturas e sociedades.

A Capes previa *“conceder bolsa a notável pesquisador e professor sênior do Brasil, especialista na área de ciências sociais e humanas, para lecionar e pesquisar no Centro de Estudos Sociais da Universidade de*

¹⁰⁹ CAPES. Edital da cátedra CAPES/CES de ciências sociais e humanas em Portugal - edital nº 67/2014. Brasília, 2014.

Coimbra, Portugal, no âmbito da Cátedra CAPES/CES de Ciências Sociais e Humanas¹¹⁰.

Apresentei o projeto “*Condições Institucionais para participação e conhecimento do Território em Políticas de Organização Territorial em Portugal*”, que foi selecionado em primeiro lugar. Comecei a exercer a referida cátedra a partir de março de 2016, no Centro de Estudos Sociais – CES, na Universidade de Coimbra, onde permaneci até 30 de julho do mesmo ano.

Durante o estágio em Coimbra, tive uma maior proximidade com dois programas de doutoramento do CES: o primeiro, “Democracia no Século XXI”, apresenta a linha de pesquisa “Democracia comparada” que objetiva “analisar práticas que visem inovar e enriquecer a democracia através de diferentes formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento territorial e orçamental e nas decisões sobre políticas públicas¹¹¹, dando destaque especial para o estudo de “inovações de âmbito local, tais como o Orçamento Participativo e práticas de democratização dos conhecimentos, tais como os Conselhos de Saúde e outras que relacionam diferentes saberes cidadãos com âmbitos específicos de ação da ciência e tecnologia”, além de privilegiar países de África e América Latina “onde se têm ativado processos de consulta à sociedade civil”. O segundo, “Cidades e Culturas Urbanas”, era, no período do estágio, coordenado pelo professor Carlos Fortuna. Segundo o site do CES, o “programa acompanha o debate internacional sobre as cidades e o seu futuro e debruça-se sobre as mais diversas dimensões sociais, políticas e culturais da vida urbana e as formas de organização, planeamento e governação das cidades contemporâneas¹¹²”.

Particpei ativamente, nos seis meses, principalmente das atividades do doutoramento “Cidades e Culturas Urbanas, com destaque para as reuniões quinzenais que objetivavam a elaboração de verbetes que constituiriam um “Léxico Urbano”; neste âmbito, apresentei o verbete “A Cidade Participada” onde discuti como as cidades contemporâneas podem ser um espaço de

¹¹⁰ CAPES. Op. Cit. P. 2.

¹¹¹ Programa de doutoramento “Democracia no século XXI”.

<http://ces.uc.pt/pt/doutoramentos/programas-de-doutoramento/democracia-no-seculo-xxi>, acessado em 11/05/2018.

¹¹² Programa de doutoramento Cidades e Culturas Urbanas.

<http://ces.uc.pt/pt/doutoramentos/programas-de-doutoramento/cidades-e-culturas-urbanas>, acessado em 11/05/2018.

participação da população na definição de políticas públicas. Nesse programa, ministrei uma Aula Aberta intitulada “Do Planejamento Urbano Tecnocrático a um Planejamento Participativo no Brasil” que contou com a participação da quase totalidade dos alunos do doutoramento e pessoas externas ao mesmo; a aula traçou, numa perspectiva histórica, a evolução do urbanismo no Brasil e de como ele passou de um campo de conhecimento dominado quase exclusivamente por um corpo técnico até os processos participativos que culminaram numa nova institucionalização das Políticas Públicas urbanas nos anos 2000. Ainda em conjunto com o mencionado doutorado, apresentei o Seminário “O lugar da habitação social na cidade brasileira: o programa Minha Casa Minha Vida e a questão da localização”. Desta forma, consegui articular minha estadia no CES com as pesquisas desenvolvidas no Brasil.

Os dois programas, em conjunto organizaram o Seminário “Inovações participativas e democracia no Brasil”, que teve a minha participação, além da professora Lígia Lüchmann, do professor Giovanni Allegretti e do professor Carlos Fortuna.

Em maio, participei como convidado da mesa redonda “Processo de impeachment no Brasil”, onde apresentei uma intervenção sobre os riscos de recuo das políticas sociais no Brasil, particularmente no campo da habitação social.

Destaco também como atividade importante no âmbito da Cátedra, a participação no conjunto das intervenções do professor Boaventura de Sousa Santos denominada de Aulas Magistrais¹¹³; tais aulas foram acompanhadas de debates importantes no âmbito da sociologia, particularmente na discussão sobre a democracia no século XXI.

A última atividade que desenvolvi no âmbito da Cátedra foi a apresentação do Seminário “Das verticalidades globais às horizontalidades locais: a participação como resistência dos lugares”, promovida pelo CES.

¹¹³ As aulas magistrais do professor Boaventura de Sousa Santos seguiram o seguinte calendário:

Dia 18/03/2016: Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos.

Dia 01/04/2016: É possível descolonizar o Marxismo? Capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Dia 22/04/2016: É possível ser utópico hoje? A utopia do futuro e o futuro da utopia.

Dia 02/05/2016: É possível aprender com o Sul anti-imperial? As aprendizagens globais de Alice.

Dia 13/05/2016: Para que serve a Educação? A Educação Popular e/na Universidade.

O CES, como centro de referência mundial no campo da pesquisa sociológica, promoveu inúmeras atividades onde foram discutidos em profundidade temas contemporâneos da sociologia, da economia, da geografia e da ciência política; participei de inúmeras dessas atividades, particularmente daquelas que guardavam ligação com a temática de minhas preocupações científicas.

Durante o período da Cátedra, fui expositor na mesa redonda denominada Participação Pública por ocasião da Escola de Verão “Sociedade Civil e Território” promovida pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de 20 a 24 de junho.

Mais do que participar de atividades, a experiência da Cátedra Capes/CES foi um importante momento de mergulho no estudo da Democracia participativa, graças ao ambiente de pesquisa do CES e de sua rica biblioteca.

Destaco a importante reflexão feita sobre a escala¹¹⁴ da participação feita no âmbito do programa de doutoramento “Democracia no Século XXI”. Normalmente, nos processos de Orçamento Participativo e de elaboração de Planos Diretores brasileiros, a definição do recorte territorial que organizará a participação das pessoas é definida a *priori* pelo poder público, que de certa forma, naturaliza as divisões territoriais dos municípios ou considera que seus critérios são suficientemente objetivos para serem impostos à população, não considerando aspetos ligados ao sentimento de pertencimento ao lugar ou mesmo diferenças territoriais que justificariam outra divisão territorial. Ou seja, o recorte espacial de um processo participativo não é, via de regra, democrático. Com o acompanhamento que fizemos sobre a revisão do Plano Diretor de Lisboa, esse aspecto mostrou-se importante. Desta forma, o Desenho Institucional, se considerarmos as definições territoriais como seu constituinte, tem papel central da definição de “onde” e até “onde” participar. Em muitos processos de definição de políticas urbanas, o plano global nada mais é que a soma das partes, sem que o todo tenha sido discutido. A principal questão que se coloca é como fazer com que elementos na escala do território como um todo sejam considerados pelos processos participativos quando pensados em territórios menores (bairros, distritos, setores etc.) e vice-versa. O

¹¹⁴ PEREIRA, Elson M. Relatório final de pesquisa “Condições Institucionais para participação e conhecimento do Território em Políticas de Organização Territorial em Portugal”. CAPES, 2016.

desafio que se apresenta é exatamente conciliar o debate (e a participação) local e a escala da cidade: como propiciar condições institucionais para um debate interescalar?

Mas, a reflexão sobre a escala na participação e a reflexão sobre territorialidades, nos levou a outra questão que se mostrou relevante: as diferentes intencionalidades (e, portanto, diferentes territorialidades) em relação ao espaço e seu planejamento. Milton Santos afirma que *“há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los”*¹¹⁵. As resultantes das intencionalidades levam a processos diferenciados: enquanto *“as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”, (...)* *“as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”*¹¹⁶. O que leva, então, a solidariedades locais. Neste sentido, poderíamos afirmar que a participação, em canais institucionalizados, pode ser uma forma de resistência dos agentes locais, em solidariedades locais, de forma horizontalizada, contra as verticalidades construídas entre o interesse do capital excedente na busca de novos espaços para investir e seus agentes facilitadores locais.

Em relação à participação em Portugal¹¹⁷, verificamos que o modelo português, em termos de participação em planejamento urbano, não transfere ao cidadão quaisquer possibilidades de decisão, sendo ele, no máximo, informado pelo quadro burocrático das decisões tomadas: a administração pública é obrigada a fornecer as informações requeridas pelo cidadão e a lei determina a necessidade de um período de discussão pública do plano, embora não obrigue o poder público a realizar sessões públicas para o debate.

¹¹⁵ SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL : Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun.2005) Buenos Aires : CLACSO, 2005, p.259.

¹¹⁶ Idem, p. 256.

¹¹⁷ Sobre o tema, merece destaque a tese: HOLZ, S. A força da lei e a força de vontade: a importância da lei para a promoção de práticas participativas na elaboração de instrumentos urbanísticos em Portugal e na Itália. Tese de Doutorado Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2015.

Quanto às experiências de orçamento participativo, elas se apresentam no contexto atual português em grande número e são muito diferenciadas em termos de tamanho do município, orçamento e metodologia. Segundo Nelson Dias, em exposição feita na Escola de Verão do ICS de Lisboa¹¹⁸, os Orçamentos Participativos em Portugal hoje se constituem numa segunda geração de experiências, onde, apesar da decisão ser da população quanto ao destino dos recursos, não há uma construção coletiva das propostas e pouca discussão, caracterizando-se mais como um concurso de ideias, de cunho individual ou de corporações.

¹¹⁸ Notas da Escola de Verão “Sociedade Civil e Território” promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de 20 a 24 de junho de 2016.

4. UMA PALAVRA FINAL

Entre minha entrada na UFSC como aluno de graduação e esta banca de promoção a professor titular, passaram-se trinta e sete anos. Do estudante de engenharia ao professor de planejamento urbano, muitas transformações aconteceram, mas as decisões e caminhos mantiveram entre si uma coerência dialética.

As atividades de ensino, orientação, pesquisa, administração e extensão apresentaram-se em minha carreira, igualmente de forma coerente e encadeada. A busca de um planejamento urbano cada vez mais participativo e pleno de vontades compartilhadas e de uma cidade cada vez mais rica de identidade e relações humanas sempre esteve, e espero que continue, presente em minha trajetória.

O olhar para frente não pode ser feito de uma forma teleológica; o futuro precisa guardar relação com o passado e com o presente. Mas minha carreira seguirá meu próprio curso, comprometida e coerente, mas meu próprio curso, pois, como disse José Régio em seu Cântico Negro apresentado no início deste memorial:

*Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.*